

Irrupção, mudança e realinhamento do sistema de partidos em Espanha (1977-1993)**

O sistema de partidos nascido na Europa após a Segunda Guerra Mundial surgiu num quadro caracterizado por umas sociedades pouco fluidas, com escassa presença dos meios de comunicação, sobrevivência dos velhos valores estratificados e divisões ideológicas profundas.

Estes elementos não se deram em Espanha com o regresso da democracia em 1977. Em meados da década de 70 a Espanha era um país de classes médias urbanas, composta por sectores muito heterogéneos, tanto em termos de educação como de nível de vida, origem social e aspirações de mobilidade social. Esta sociedade, de recente mudança, era enormemente permeável a qualquer variação nas atitudes e na orientação política.

Desde os anos 50 vinha-se experimentando uma crescente mobilidade que transformou a imobilista sociedade espanhola noutra mais fluida. Boa parte desta mudança explica-se pela redução das ocupações agrárias e pelo crescimento das ocupações industriais e de serviços, sendo, portanto, mais uma mobilidade estrutural do que circulatória¹.

O meio de comunicação social por excelência, a televisão, estava já suficientemente implantado nos lares espanhóis: em 1975, 79 de cada 100 famílias possuíam televisão, percentagem que se elevou até 99% em 1980-1981. Esta circunstância favorecia os partidos políticos, que não necessita-

* Universidade Autónoma de Madrid.

** Comunicação apresentada no seminário «Desarrollo institucional y crisis de la representación política», organizado pelo Instituto del Servicio Exterior de la Nación, Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Argentina, Buenos Aires, 26-28 de Julho de 1995.

A tradução para português é da responsabilidade de António Alves Soares, a quem agradeço o interesse e o profissionalismo demonstrados.

¹ J. A. Torres, «Movilidad social», in S. del Campo (ed.), *Tendencias Sociales en España (1960-1990)*, 1, Fundación BBV, Bilbao, 1994, pp. 519-546.

ram de contar com as redes capilares dos militantes para fazerem chegar a sua mensagem aos votantes.

Os Espanhóis puderam exercer em 1977 livremente o direito de voto em quarenta e um anos (as últimas eleições livres tinham-se celebrado em Fevereiro de 1936). Dada a composição por idade da população, iam às urnas dois terços da mesma pela primeira vez. Este facto torna razoável pensar que o comportamento dos eleitores não correspondia a uma tradição político-partidária de tipo familiar², mas antes a motivações de oportunidade em função das ofertas políticas existentes. O elemento básico no momento de decidir o voto foi a personalização da liderança, devido ao longo período em que a cultura autoritária esteve presente no nosso país³. O voto no líder converteu-se, assim, num substituto das carências que o referido tipo de cultura comportava.

Por último, as fortes divisões ideológicas que existiam após a guerra na Europa não tinham as mesmas componentes no caso espanhol, como o demonstra o consenso havido no período constituinte, o qual limou as diferenças que pudessem existir em prol do objectivo comum: a implantação do sistema democrático. A distinção mais frequente tinha que ver com o passado imediato e com o facto de ter apoiado a ditadura ou ter participado na oposição à mesma. Em todo o caso, esta nítida distinção perdeu parte do seu valor devido ao modelo de transição que se levou a cabo⁴.

Em Espanha a direita recebeu a pesada carga da herança do franquismo. Tal carga tornou-se também visível relativamente à Igreja católica. Isso explica, por um lado, o escasso apoio eleitoral recebido pelos partidos conservadores e, por outro, a impossibilidade de pôr em marcha um partido democrata-cristão, embora para este facto tenha contribuído a negativa da hierarquia

² Esta opinião é mantida por J. J. Linz, «The party system of Spain: past and future», in S. M. Lipset e S. Rokkan (eds.), *Party Systems and Voter Alignments. Cross National Perspectives*, Free Press, Nova Iorque, 1967, pp. 264-265. Embora tivesse sido matizada pelo próprio autor uns anos depois em «The new Spanish party system», in R. Rose (ed.), *Electoral Participation. A Comparative Analysis*, Sage, Londres e Beverly Hills, 1980, p. 105. Pelo contrário, J. M. Maravall mostra-se absolutamente contrário à referida ideia, afirmando que existe continuidade com os votantes de 1936 (*La Política de la Transición*, Taurus, Madrid, 1981, pp. 39-44).

³ J. E. Rodríguez, *Después de Una Dictadura: Cultura Autoritaria y Transición Política en España*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1987, p. 125. Para J. R. Montero, a cultura política do franquismo caracteriza-se pela desmobilização, despolitização, apatia e antipartidarismo («Partidos y participación política: algunas notas sobre la afiliación política en la etapa inicial de la transición española», in *Revista de Estudios Políticos*, 23, Setembro-Outubro de 1981, p. 38).

⁴ Alguns autores sustentam que a transição em Espanha foi dirigida pelo regime com a passividade e mesmo a hostilidade de instituições do Estado, como as forças armadas. A classe política do regime de Franco tomou a iniciativa da transição (v. A. Stepan, «Paths toward democratization: theoretical and comparative considerations», in G. O'Donnell, P. C. Scmitter e L. Whitehead (ed.), *Transitions from Authoritarian Rule. Comparative Perspectives*, 3, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1986, pp. 64-84, e R. M. Fishman, «Rethinking state and regime: southern Europe's transition to democracy», in *World Politics*, 42, 3, 1990, pp. 422-440).

católica em apoiar qualquer tipo de operação em tal sentido⁵. O maior problema no momento de constituir o sistema de partidos residiu na dificuldade da direita espanhola, não catalã nem basca, em criar um partido estável devido, sobretudo, à presença de direitas nacionalistas não interessadas num projecto total para o Estado. Esta dificuldade representou uma das peculiaridades mais originais do processo de transição democrática e sua posterior consolidação.

O SISTEMA ELEITORAL

O sistema eleitoral influi no de partidos, tanto no sentido quantitativo, ao determinar o número de partidos que conseguem a representação parlamentar e, por isso, têm possibilidade de governar, como no sentido qualitativo, ao beneficiar ou não determinados partidos em detrimento de outros.

Em relação ao *número de partidos*, há que estabelecer a oposição entre pluralismo e partido único. Esta última opção, como é bem sabido, não é compatível com os sistemas democráticos. Na realidade, quando existe um partido, como aconteceu no franquismo, só pode ser denominado político na medida em que permita aos seus membros chegar a compromissos em virtude de decisão maioritária, enquanto os não membros permanecem à margem do sistema político. A existência de partidos únicos coincide, quer com regimes totalitários, quer autoritários, que seria o caso espanhol até 1977. A ditadura franquista permitiu diferenças (associações) políticas dentro do *Movimiento*, as quais constituíram a expressão visível do «pluralismo limitado»⁶, mas não eram «responsáveis» face à opinião pública e o seu poder derivava daquilo que julgasse conveniente o *caudillo*, que era a fonte de todo o poder político.

Nos sistemas pluralistas, Duverger⁷ estabelece três tipos de relações entre estes e o sistema eleitoral. O escrutínio maioritário de uma volta favorece o bipartidarismo; o escrutínio proporcional, o multipartidarismo; por último, o maioritário de duas voltas, um multipartidarismo mitigado pelas alianças. Esta interpretação tem sido questionada, mas possui um valor explicativo da relação indicada.

Durante o primeiro governo presidido por Adolfo Suárez (Julho de 1976-Junho de 1977) foram promulgadas as normas que regulavam o sistema

⁵ J. Tusell, «The democratic center and christian democracy in the elections of 1977 and 1979», in *Spain and the Polls, 1977, 1979, and 1982. A Study of National Elections*, American Enterprise Institute for Public Policy, Washington, D. C., 1985, pp. 88 e segs.

⁶ Conceito utilizado por J. J. Linz, «An authoritarian regime: the case of Spain», in E. Allard e Y. Littunen (eds.), *Cleavages, Ideologies, and Party Systems*, Westermarek Society, Helsínquia, 1964.

⁷ M. Duverger, *Los Partidos Políticos*, FCE, México, 1987, pp. 234 e segs.

eleitoral e de acordo com as quais se realizaram as primeiras eleições democráticas em 15 de Junho de 1977. A *ley para la reforma política* (LRP) desbloqueou o processo legal que permitiu a autotransformação do Estado. Tratou-se de uma lei-ponte que serviu como traço de união entre duas legalidades antagónicas. Através dela devolveu-se a soberania ao povo espanhol, criando um parlamento de duas câmaras⁸.

A LRP adoptou o *sufragio universal*, directo, igual e secreto, próprio dos sistemas democráticos. O governo, durante o debate⁹ havido nas Cortes, aceitou a pressão da direita conservadora, *Alianza Popular* (AP)¹⁰, modificando a proporcionalidade na eleição dos futuros deputados através de uma série de dispositivos correctores¹¹ que anulavam de facto o carácter proporcional inicialmente previsto.

Durante o mês de Março de 1977 foram publicadas as normas eleitorais¹² que posteriormente foram acolhidas pela Constituição e, com pequenas alterações, revistas durante o governo socialista¹³. Para o Congresso, para o qual iam ser eleitos 350 deputados, adoptou-se o *sistema proporcional com voto de lista bloqueada*, aplicando-se à distribuição dos mandatos a regra de Hondt. Assim, a cada um dos distritos (províncias) foi atribuído um mínimo de dois deputados (com excepção de Ceuta e Melilla, possessões no Norte de África, que só tinham um) e ainda um deputado por 144 500 habitantes ou fracção superior a 70 000. Este critério distributivo favoreceu as províncias com menor número de habitantes, que ficaram *supra-representadas*¹⁴. Sirva de exemplo o facto de que Soria, a província menos povoada, tinha um mandato por 24 590 eleitores e Barcelona um por 91 211. Facto que põe em questão o princípio da igualdade, mas que tem a sua explicação política, já

⁸ O estabelecimento de um sistema de duas câmaras punha um problema: o previsível carácter constituinte das futuras cortes gerais ia realizar-se com duas câmaras, o que não deixa de constituir uma *anomalía*, ou melhor dizendo, uma *excepción* em relação aos exemplos existentes.

⁹ Para o debate da LRP e suas implicações, cf. A. Soto, «De las cortes orgánicas a las cortes democráticas», in *Ayer*, 15, Madrid, 1994, pp. 110-133.

¹⁰ No final do texto figura um anexo com as siglas dos partidos, coligações, organizações e sindicatos com o fim de facilitar a consulta do leitor.

¹¹ Fixação de um mínimo de deputados por províncias, estabelecimento de um máximo de votos (3%) para obter representação e definição da província como circunscrição eleitoral.

¹² Decreto-Lei n.º 20/77, de 18 de Março de 1977, in *Boletín Oficial del Estado*, n.º 70, de 23 de Março de 1977 (futuramente *BOE*).

¹³ A *ley orgánica del régimen electoral general* (Ley orgánica n.º 5/85), que ratifica nos seus aspectos essenciais o texto provisório do real Decreto-Lei n.º 20/77. Para uma análise da mesma, J. María Valles, «Sistema electoral y democracia representativa: nota sobre la ley orgánica del régimen electoral general de 1985 y su función política», in *Revista de Estudios Políticos*, 53, Setembro-Outubro de 1986, pp. 7-28.

que com isso se beneficiava a direita, pois as províncias mais favorecidas¹⁵ eram tradicionalmente conservadoras¹⁶.

A lei de Hondt foi acolhida na Constituição¹⁷. Com ela o valor de cada voto depende do distrito onde se realiza a eleição, pelo que a representação fixa de cada província prejudica o princípio de igualdade do sufrágio, sendo a técnica eleitoral que favorece a *criação artificial de maiorias*¹⁸.

A teoria demonstrou que para se conseguir a proporcionalidade as circunscrições devem ser superiores a dez mandatos, sendo o óptimo o colégio eleitoral único. A divisão provincial que há em Espanha implica que nada menos de trinta circunscrições sejam *pequenas* (de um a cinco lugares); nelas o sistema funciona com resultados muito semelhantes ao escrutínio maioritário; dezoito distritos, onde ainda se observam apreciáveis desproporções, são *médios* (entre seis e dez lugares); apenas quatro, nos quais a atribuição de mandatos é bastante proporcional, são *grandes* (mais de dez lugares), pelo que, se tivéssemos em conta as variáveis introduzidas por Lipjhardt¹⁹, o sistema espanhol encontrar-se-ia situado na franja dos sistemas maioritários, sendo a *dimensão do distrito* o factor determinante.

Dado o sistema estabelecido, o votante tem-se inclinado para a *utilidade* do seu voto nos distritos pequenos e médios, concentrando-o nas grandes formações políticas, ainda que estas não reflectam melhor as suas ideias. Assim, durante as eleições de 1982, «[...] grandes mayorías de los que tenían simpatía hacia uno de los dos mayores partidos votaron por este partido: el 84 por 100 de los que se sentían ‘muy cerca’ del PSOE votó al Partido Socialista, y el 86 por 100 de los que tenían la misma disposición hacía Alianza Popular

¹⁵ As províncias a que correspondem mais representantes (Congresso de Deputados) do que os que teriam tido com uma atribuição proporcional de mandatos são: Álava (+ 2), Albacete (+ 1), Ávila (+ 2), Badajoz (+ 1), Baleares (+ 1), Burgos (+ 1), Cáceres (+ 1), Castellón (+ 1), Ciudad Real (+ 1), Córdoba (+ 1), Cuenca (+ 2), Gerona (+ 1), Granada (+ 1), Guadalajara (+ 2), Guipúzcoa (+ 1), Huelva (+ 2), Huesca (+ 1), Jaén (+ 1), Leão (+ 1), Lérida (+ 1), Logroño (+ 2), Lugo (+ 1), Orense (+ 1), Palença (+ 2), Las Palmas (+ 1), Salamanca (+ 1), Tenerife (+ 2), Santander (+ 1), Segóvia (+ 2), Soria (+ 2), Tarragona (+ 1), Teruel (+ 2), Toledo (+ 1), Valhadolid (+ 1) e Zamora (+ 2).

As províncias com menos representantes do que aqueles que lhes corresponderiam numa atribuição proporcional são: Alicante (- 1), Barcelona (- 11), Cádiz (- 1), Corunha (- 1), Madrid (- 9), Navarra (- 1), Oviedo (-1), Valência (-4) e Biscaia (- 1).

¹⁶ Sirvam de exemplo neste sentido os trabalhos realizados por Ll. Aguilo e M. Martinez, in M. A. Aparicio (coord.), *Parlamento y Sociedad Civil*, Universidad de Barcelona, Barcelona, 1980, pp. 173-185 e 187-213, respectivamente.

¹⁷ Artigo 68.

¹⁸ M. Caciagli, «El sistema electoral de las Cortes según los artículos 68 e 69», in E. García de Enterría e A. Predieri (ed.), *La Constitución de 1978. Un Estudio Sistemático*, Civitas, Madrid, 1980, pp. 505-551.

¹⁹ A. Lipjhardt, «The field of electoral systems research: a critical survey», in *Electoral Studies*, vol. 4, 1, Abril de 1985, pp. 3-14.

votó a AP. Sin embargo, partidos más pequeños con bases de apoyo disperso geográficamente recibieron mucho menos apoyo electoral de sus bloques respectivos de simpatizantes; el 56 por 100 de los ‘muy simpatizantes’ del Partido Comunista votó al PCE, y entre los ‘muy cerca’ del Centro Democrático y Social (CDS) de Adolfo Suárez, menos de un tercio lo votó en la realidad²⁰.»

Esta concentração do voto, comparando-a com os restantes países europeus, coloca a Espanha na linha dos países multipartidaristas, como a Suíça, a Itália e a Bélgica²¹. A Espanha ocupa o sexto lugar no que diz respeito à concentração do voto nos dois primeiros partidos, mas o décimo-quarto dos países europeus relativamente à concentração do voto nos quatro partidos principais²², o que produz uma estrutura desigual do sistema de partidos. Se, no nosso nível de análise, descêsemos às regiões e nacionalidades, veríamos que a concentração é maior naqueles lugares onde a presença de partidos regionalistas é menor, e vice-versa.

O sistema eleitoral adoptado tem favorecido os partidos com melhores resultados e tem dado lugar a uma dissociação entre a percentagem de votos obtidos e o número de mandatos conseguidos, sendo beneficiadas por este mecanismo as duas primeiras forças políticas de âmbito nacional sempre que superem 25% dos votos. Por outro lado, os partidos regionalistas e nacionalistas, solidamente implantados nas respectivas províncias ou comunidades autónomas, têm mantido uma percentagem semelhante de votos e mandatos, enquanto os partidos médios ou pequenos de âmbito nacional têm ficado claramente prejudicados. A análise efectuada permite-nos afirmar que, no que se refere à representação, «el sistema español es indudablemente injusto»²³.

As correcções na proporcionalidade tornavam previsível a necessidade de coligações governamentais com o fim de garantir a estabilidade dos governos. Não obstante, na prática não tem acontecido assim: a UCD governou sozinha durante a legislatura constituinte e a primeira ordinária, embora a não contasse com maiorias absolutas. O PSOE obteve maioria absoluta nas legislaturas de 1982, 1986 e 1989. Nas eleições de 1993 deu-se uma mudança, e o Partido Socialista não conseguiu maioria absoluta, pelo que teve de fazer um pacto com a CiU de estabilidade de legislatura, sem chegar a formar um governo de coligação.

²⁰ R. Gunther, «Electoral laws, party systems, and elites: the case of Spain», in *American Political Science Review*, vol. 83, 1989, p. 842.

²¹ J. R. Montero, «Sobre las preferencias electorales en España: fragmentación y polarización (1977-1993)», in P. del Castillo (ed.), *Comportamiento Político y Electoral*, CIS, Madrid, 1994, p. 57.

²² J. R. Montero, «Las elecciones legislativas», in R. Cotarelo (ed.), *Transición Política y Consolidación Democrática. España (1975-1986)*, CIS, Madrid, 1992, p. 271.

²³ D. Rae e V. Ramirez, *El Sistema Electoral Español*, McGraw-Hill, Madrid, 1993, p. 35.

Para o Senado optou-se pelo *sistema maioritário com voto pessoal*. Das eleições para a câmara alta não tem saído até à data²⁴ qualquer maioria contrária à do Congresso de Deputados, dispondo o governo de maioria, quer simples, quer absoluta, em ambas as câmaras. Parece claro que o eleitor costuma fazer coincidir o seu voto nas duas eleições; no entanto, no caso hipotético de que se produzissem maiorias diferentes em cada uma das câmaras, as tarefas legislativas tornar-se-iam mais lentas, mas, dada a subordinação do Senado ao Congresso, verificar-se-ia o domínio desta última câmara. No Senado o leque de forças políticas reduziu-se relativamente à câmara baixa, dando-se o desaparecimento quase total de senadores independentes, que apenas tiveram uma presença significativa na legislatura constituinte (1977), e isso devido tanto aos senadores designados pelo rei (41 no total) como aos que se apresentaram em candidaturas unitárias de diferentes partidos (à volta de 50).

De um ponto de vista político, nos primeiros tempos da transição insistiu-se na necessidade de garantir a estabilidade do governo, evitando o excessivo fraccionamento da câmara, como sucedia em Itália. Eram necessários governos fortes, estáveis, que favorecessem o processo de transição, tomando as medidas que permitissem a mudança de regime político. A sua aplicação prática deu lugar a um *sistema de representação proporcional de baixa magnitude*, semelhante ao da Bélgica, Finlândia, Islândia e Portugal, segundo Rae²⁵, embora na realidade se venha comportando como um *sistema maioritário*, ao qual é necessário acrescentar o qualificativo *atenuado*²⁶.

Apesar das críticas provenientes de diversos sectores políticos a respeito do sistema eleitoral, nenhum partido com possibilidades de governar propôs a sua modificação, entre outros motivos, pela força que é concedida aos *aparelhos dos partidos* no controle das listas. As maiores queixas procedem, como é natural, dos partidos pequenos, da opinião pública e dos meios de comunicação, mas, apesar de tudo, não se conseguiu qualquer mudança substancial do mesmo.

Em suma, podemos afirmar que o sistema eleitoral estabelecido tem favorecido a governabilidade²⁷ da Espanha em momentos tão delicados como

²⁴ Com as eleições autonómicas realizadas em 28 de Maio de 1995 deu-se pela primeira vez o facto de o maior grupo parlamentar da referida câmara não coincidir com o do Congresso de Deputados.

²⁵ Seguindo a classificação estabelecida por D. Rae, *The Political Consequences of Electoral Laws*, Yale University Press, New Haven, 1971.

²⁶ Tal como faz J. R. Montero, «Sobre las preferencias...», in P. del Castillo (ed.), *Comportamientos...*, cit., p. 74.

²⁷ Mas têm aparecido insuficiências, como irrupção de candidaturas independentes, aumento da abstenção, poder omnímodo dos aparelhos partidários... Para Víctor Perez Diaz, estamos a assistir a algumas tendências dos partidos: «primero, a su progresiva oligarquización; segundo, a articular un discurso público que no se corresponde con su conducta real; tercero, a aislarse

são os de uma transição política, e, ainda que o debate se encontre em aberto na actualidade, não é previsível a sua alteração.

OS PARTIDOS POLÍTICOS

O sistema de partidos é composto por unidades diferentes que são agora objecto da nossa análise. O longo *regime autoritário*²⁸ (1939-1977) provocou o desaparecimento de boa parte dos partidos políticos da *II República* (1931-1936). Ao mesmo tempo constituiu uma reacção contra tudo aquilo que tinha representado a experiência democrática republicana, rejeitando o sufrágio como fonte de legitimidade e como via de recrutamento da elite política. Assim, todos os cargos públicos significativos eram designados, directa ou indirectamente, pelo ditador, sendo responsáveis perante ele. Durante o franquismo, os partidos políticos estiveram proibidos e alguns deles, especialmente os socialistas e comunistas, sofreram uma intensa repressão policial²⁹. Apesar disso, foram estes os únicos partidos (fundamentalmente o PCE) que mantiveram uma estrutura, ainda que por vezes muito débil, tanto no interior como no exterior da Espanha.

Dentro do regime franquista conviveram grupos informais, que estavam de acordo na conveniência da manutenção da ditadura, se bem que nalgum momento exercessem um papel de *semioposição*³⁰. Não obstante, o *único* «partido político» legalizado foi a *Falange Española Tradicionalista y de las JONS*, rebaptizado como *Movimiento Nacional*. O referido partido era uma organização dependente do Estado, submissa às directrizes que este marcava e com escasso peso político. Devemos ter presente que a coligação de forças políticas que compunha o regime aceitava sobretudo a liderança de Franco, admitindo a arbitragem que ele exercia para resolver os conflitos (*caudilhismo*).

Foi só em 1974, já com a saúde de Franco muito quebrantada, que se procedeu, dentro da chamada «abertura política», à aprovação do *estatuto de*

de la opinión pública, [...] y, cuarto, a comprometerse en políticas referidas a la situación de las clases menos favorecidas, que favorecen pautas de dualismo, clientelismo y deferencia en la vida pública» (*La Primacía de la Sociedad Civil*, Alianza, Madrid, 1993, p. 61).

²⁸ Para uma visão geral sobre o regime de Franco, S. G. Payne, *El régimen de Franco*, Alianza, Madrid, 1987, e para conhecer a personalidade do ditador, P. Preston, *Franco*, Grijalbo, Barcelona, 1994, e J. P. Fusi, *Franco*, Ediciones El País, Madrid, 1985.

²⁹ Neste sentido podem consultar-se os livros de R. Gillespie, *Historia del Partido Socialista Obrero Español*, Alianza, Madrid, 1988, pp. 71-312, A. Mateos, *El PSOE contra Franco*, Pablo Iglesias, Madrid, 1993, C. Martínez Cobo e J. Martínez Cobo, *La Travesía del Desierto. Intrahistoria del PSOE (1954-1970)*, Pablo Iglesias, Madrid, 1995, e G. Moran, *Miseria y Grandeza del Partido Comunista de España 1939-1985*, Planeta, Barcelona, 1986, pp. 17-505.

³⁰ J. J. Linz, «Political opposition in and under an authoritarian regime: the case of Spain», in R. A. Dhal (ed.), *Regimes and Oppositions*, Yale University Press, New Haven, 1973.

*associações políticas*³¹. No preâmbulo do mesmo estabelecia-se como objetivo do mesmo instaurar um sistema de representação política superior ao dos países democráticos, o que não deixava de ser uma ironia. As associações deviam adequar as suas actuações às *leis fundamentais* vigentes e eram concebidas como uma parte do *Movimiento*.

As associações que se constituíram nesse momento estavam vinculadas ao *Movimiento*, embora alguns dos membros das mesmas fossem protagonistas da transição. Tal é o caso de Suárez, que presidiu à *Unión del Pueblo Español* (UDPE), ou o da *Unión Democrática Española* (UDE), a qual representava parte dos interesses da família católica do regime, sendo membros da mesma, entre outros, Federico Silva, que posteriormente foi fundador da AP, ou Alfonso Osorio, ministro da Presidência no primeiro governo da monarquia e vice-presidente do governo com Suárez. Em ambos os casos, tal como noutros, o significativo foi precisamente o facto de através da referida via, como através das denominadas *sociedades de estudos*³², a classe política da ditadura se organizar com vista a uma transição que, em boa medida, controlou.

Depois da morte de Franco (20 de Novembro de 1975) não só o pessoal político da ditadura se encontrava em fase de reorganização, mas também os partidos da oposição, que contavam com uma escassa militância³³.

Antes da legalização definitiva dos partidos, alguns deles, como o PSOE, encontravam-se numa situação de tolerância, podendo o referido partido celebrar o *XXVII Congresso* em Madrid nos começos de Dezembro de 1976, sem estar ainda legalizado. Depois da aprovação da LRP, o governo decidiu pôr fim à *anomalía* existente e depois de manter uma série de reuniões com a oposição democrática regulamentou a lei eleitoral³⁴, a qual, apesar dos seus «défices», permitiu a legalização dos partidos da oposição: em 17 de Fevereiro foi legalizado o PSOE e em 9 de Abril o PCE, sendo esta última legalização um factor decisivo para dotar o processo político de credibilidade.

³¹ Decreto-Lei n.º 7/74, de 21 de Dezembro, in *BOE*, n.º 23, Dezembro de 1974.

³² Destacam-se de entre as mesmas o *Gabinete de Orientación y Documentación* (GODSA), vinculado a Manuel Fraga, e a *Federación de Estudios Independiente* (FEDISA), que era formada, entre outros, por José María de Areilza, Pío Cabanillas, Leopoldo Calvo Sotelo, Francisco Fernández Ordóñez, Marcelino Oreja e Juan José Rosón, sendo todos eles ministros num momento ou outro da transição, e, inclusive, Leopoldo Calvo Sotelo chegou a ser presidente do governo. A FEDISA é um claro antecedente para a reunificação das forças de centro-reformista.

³³ O PCE tinha uns 15 000 filiados em 1974, segundo C. Elordi, «El PCE por dentro», in *La Calle*, 95, 15-21 de Janeiro de 1981. O PSOE apenas 2548 (é o dado de filiados representados no XII Congresso no exílio, realizado em 11 e 13 de Outubro de 1974 em Suresnes), embora dois anos depois tenha aumentado para 9141 (dados de Dezembro de 1976, XXVII Congresso, in J. F. Tezanos, «Continuidad y cambio en el socialismo español: el PSOE durante la transición democrática», in J. F. Tezanos, R. Cotarelo e A. de Blas (eds.), *La Transición Democrática Española*, Sistema, Madrid, 1989, pp. 438 e 439.

³⁴ Decreto-lei de 8 de Fevereiro de 1977, in *BOE*, n.º 35, 10 de Fevereiro de 1977.

Quando se chega a 1977, estavam apenas autorizados 13 partidos, a maior parte proveniente daquilo que denominámos «semioposição». Desde Fevereiro até à data de apresentação das candidaturas para as eleições de Junho, o total de partidos legalizados ascendeu a 78, tendo sido rejeitados 28³⁵.

Estes partidos políticos apresentam características generalizáveis a todos eles. Em primeiro lugar há que assinalar o elevado número de partidos (pelo carácter personalista das relações políticas), que, inclusive, tende a aumentar com o tempo, ainda que sem acréscimo do número de filiados, este muito reduzido. Alguns dos partidos inscritos no *registro de asociaciones* não chegavam à centena de membros³⁶. As excepções são o PSOE e o PP, que na actualidade superam, o primeiro, os 200 000 militantes e, o segundo, os 300 000. Esta situação de baixa filiação faz com que a relação filiados/eleitores seja das menores da Europa.

Quanto à sua estrutura interna, os partidos de âmbito nacional aplicaram um modelo semelhante ao da organização territorial do Estado, articulando-se mais em agrupamentos de carácter territorial do que de carácter profissional. As direcções dos partidos são centralizadas, tendo o grupo parlamentar um forte peso na tomada de decisões. No caso do PSOE, a direcção do partido, durante o longo período de governo do mesmo, tem visto condicionadas as suas decisões pelo papel do governo, que mais de uma vez ditou as orientações do próprio partido.

A partir das primeiras normas reguladoras tem sido aplicado um sistema de financiamento dos partidos a cargo dos orçamentos gerais do Estado. Em 1987 foi de novo regulamentado o assunto³⁷, sem variar o modelo, estabelecendo-se que os orçamentos gerais do Estado fixariam cada ano uma determinada quantia destinada ao financiamento dos partidos, a qual se distribuiria em função do número de mandatos e de votos obtidos na última consulta eleitoral³⁸. Isto quer dizer que os partidos sem representação parlamentar não têm subvenção dos fundos públicos. A explicação para este sistema de financiamento deve ser procurada em factores gerais, como a escassa cultura partidária e associativa dos Espanhóis, e também na crença generalizada, sobretudo na esquerda, de que com isso igualariam os seus proventos aos partidos de direita, que habitualmente recebem financiamento privado. A realidade é que tanto o PSOE como o PP não só vivem do orçamento público, como também têm vindo a receber contributos de âmbitos particulares.

³⁵ M. Buse, *La Nueva Democracia Española*, Unión Editorial, Madrid, 1984, p. 28.

³⁶ R. Prieto-Lacaci, «Asociaciones voluntarias», in S. del Campo (ed.), *Tendencias...*, 1, cit., pp. 197-217.

³⁷ Ley orgánica n.º 3/87, de financiamento dos partidos políticos.

³⁸ Para este conflitivo, v. S. Gonzalez-Varas, *La Financiación de los Partidos Políticos*,

Vamos por partes e situemos os principais partidos e coligações eleitorais em função da sua ideologia e projecto político.

1.º *A extrema-direita*. Com algumas diferenças pretendia manter a «essência» da ditadura. Entre os mesmos havia fascistas, falangistas, tradicionalistas, franquistas intransigentes, integristas... Estes grupos eram minoritários, embora alguns deles, como a *Fuerza Nueva* (FN), mantivessem um certo activismo.

As numerosas organizações existentes neste âmbito ideológico encontravam-se divididas. A FN tratou de articular uma opção eleitoral com alguma possibilidade, a denominada *Frente Nacional*³⁹. Durante as eleições de 1977 apresentou-se com o nome de *Alianza Nacional del 18 de Julio* (resultado do pacto entre a *Fuerza Nueva* e a *Falange Española de las JONS*), obtendo apenas 154 413 votos, isto é, 0,8% do total, o que não deixa de ser um estrepitoso fracasso.

A divisão que se tinha dado na AP na altura de votar o projecto de constituição encorajou a formação de uma nova coligação da extrema-direita em 1979, denominada *Unión Nacional*, que esperava obter parte da votação da AP e, com isso, melhores resultados, como aconteceu. Dos 154 413 votos em 1977 (0,8%) passou para 414 071 (2,3%), o que lhe permitiu conseguir um mandato por Madrid, que até à data tem sido o único mandato da extrema-direita desde os começos da democracia. Os dados indicam que uma percentagem significativa dos votos da *Unión Nacional* teve a sua origem nas perdas da AP. Três anos mais tarde, em 1982, deu-se o desaparecimento eleitoral da extrema-direita devido à forte concentração de votos na AP-PDP, que nas referidas eleições se situou como o segundo partido mais votado depois do PSOE.

A partir dessa data, a presença da extrema-direita é cada vez mais para marcar presença, se é que já não o era antes. Chama a atenção a diferença com outros países, como é o caso da Itália, onde o *Movimento Social Italiano* sempre teve, apesar da derrota do fascismo, presença no parlamento. É evidente que o eleitorado vinculado ao franquismo orientou as suas preferências políticas para a AP.

2.º *A direita* organizou-se à volta da *Alianza Popular*, que, sob a direcção de Manuel Fraga, foi fundada em Outubro de 1976, coincidindo com a preparação do debate da LRP. No referido debate a AP desempenhou um papel activo em favor da linha reformista, ao mesmo tempo que insistiu na necessidade de caminhar para a configuração de um sistema eleitoral maioritário.

³⁹ J. L. Rodriguez, *Reaccionarios y Golpistas*, CSIC, Madrid, 1994, pp. 251-293.

Mas o mérito dessa formação reside sobretudo na capacidade de aglutinar à sua volta o pessoal político do franquismo e inseri-lo no jogo democrático.

A AP nasceu da fusão de sete grupos⁴⁰, sendo os líderes dos mesmos em todos os casos ministros de Franco, com a excepção de Thomas de Carranza, que desempenhou um alto cargo.

O objectivo de Fraga era criar um partido moderno, na linha do que conhecemos como *catch-all party*⁴¹, embora, na realidade, se constituísse como um partido de «clientela». O seu maior obstáculo residia em que, tanto na pessoa do seu líder como na dos membros mais destacados do partido, existia, do ponto de vista do eleitorado, uma maior identificação com o passado imediato do que com os projectos reformistas. Por outro lado, devido à multiplicidade de grupos existentes no seu interior, o discurso reformista que Fraga pretendeu dar-lhe esfumava-se, sendo a ligação com o passado autoritário o que ficava perante a opinião pública. As disputas no seu interior, assim como a clientela eleitoral que captou, influíram para que se desse uma clara deslocação do seu centro de gravidade para a direita.

No momento de elaborar as listas eleitorais de 1977 cometeu-se o erro de incluir na candidatura para o Senado Carlos Arias, ex-presidente do governo, o que supunha que o partido se convertia num «partido pura y simplemente continuista, pura y simplemente franquista»⁴².

Uma análise do programa da AP não nos leva a ver grandes diferenças com a UCD, mas, em contrapartida, a inclusão nas suas listas de franquistas intransigentes, assim como as reiteradas referências ao regime anterior, o excessivo alarmismo e a vocação autoritária de Fraga, contribuíram para que «el electorado percibiese a Alianza Popular como un partido reaccionario y de clientela, más que como un partido reformista y *catch-all* inicialmente previsto»⁴³.

As primeiras eleições, em Junho de 1977, puseram em destaque o escasso apoio eleitoral da AP, que teve apenas 8,3% dos votos, obtendo 16 lugares; no Senado conseguiu dois mandatos. A maior percentagem de votos foi obtida nos municípios de mais de 100 000 habitantes, 42,3%, e nos de menos de 10 000, 32,9%⁴⁴, pelo que foram as grandes urbes e os pequenos muni-

⁴⁰ *Reforma Democrática*, de Fraga, *Unión del Pueblo Español*, de Martínez Esteruela, *Acción Democrática Española*, de Silva Nuñez, *Acción Regional*, de López Rodó, *Democracia Social*, de Licinio de la Fuente, *Unión Nacional Española*, de Fernández de la Mora, e *Unión Social Popular*, de Thomas de Carranza.

⁴¹ O. Kirchheimer, «La transformación dei sistemi partitici dell'Europa occidentale», in G. Sivini (ed.), *Sociología dei partiti politici*, Il Mulino, Bolonha, 1971, pp. 243-268.

⁴² P. J. Ramirez, *Así Se Ganaron las Elecciones*, Planeta, Barcelona, 1977, pp. 60-61.

⁴³ R. Gunther, G. Sani e G. Shabad, *El Sistema de Partidos Políticos en España. Génesis y Evolución*, CIS, Madrid, 1986, p. 107.

⁴⁴ Dados procedentes do quadro n.º 13 de L. Lopez Nieto, *Alianza Popular: Estructura y Evolución Electoral de Un Partido Conservador (1976-1982)*, CIS, Madrid, 1988, p. 145.

cípios rurais que apoiaram a referida formação política. Conseguiu mandatos em catorze distritos, de um total de 52, tendo uma significativa presença (mais de 15% dos lugares em disputa) em Cantábria, Lérida, Lugo, Orense, La Rioja, Toledo e Zamora. Em todas estas províncias, juntamente com a Corunha, a percentagem de mandatos foi maior do que a de votos, pelo que foi beneficiada pelas normas eleitorais, ao contrário do sucedido nas restantes circunscrições. Em todo o caso, é evidente que os resultados não corresponderam às suas expectativas e devem ser considerados um fracasso.

A heterogeneidade da AP levou a um crescente enfrentamento entre os seus membros que teve a máxima expressão nas diferentes posturas mantidas pelos mesmos no momento de procederem à votação do projecto de constituição. Assim, dos seis votos negativos que teve o projecto, cinco deles procediam dessa formação e, das catorze abstenções, três eram de membros da AP. Os restantes, encabeçados por Fraga, mostraram-se de acordo com o projecto.

Esta divisão, que provocou a ruptura do partido, teve como resultado um duro castigo do eleitorado. Nas eleições de 1979 a percentagem de votos recebidos desceu para 6,3% e o número de mandatos passou de 16 para 9. O eleitorado penalizou a divisão interna e a sua postura face à Constituição. Nas eleições de 1 de Março de 1979 Fraga⁴⁵, líder indiscutível do grupo, tratou de estancar as divisões havidas e formou uma coligação com dois pequenos partidos de ideologia centrista, presididos, respectivamente, por José María de Areilza (ex-ministro dos Negócios Estrangeiros) e Alfonso Osorio (ex-vice-presidente do governo), denominada *Coalición Democrática* (CD). Mas, apesar disso, o eleitorado não lhe concedeu o seu voto, pelo que perdeu apoio popular e presença parlamentar.

Ambas as eleições dão-nos uma ideia da dificuldade que a direita conservadora espanhola teve para conseguir o seu lugar no espectro político, assim como das lutas internas que sofreu, nas quais o forte personalismo primou sobre o debate de ideias.

Entre 1979 e 1982 deu-se a ruptura e o afundamento eleitoral da UCD, o que possibilitou a recuperação do projecto político da AP, que se apresentou perante o eleitorado de direita como ponto de referência mais estável e definido. De facto, podemos afirmar que a coligação AP-PDP logrou a articulação da direita espanhola, que tinha sido resolvida apenas provisoriamente pela UCD.

Em 1982 este grupo político apresentou-se com uma coligação, formada pela AP, como coluna vertebral da coligação, com um pequeno partido de âmbito nacional, o PDP, aos quais se juntaram outros de âmbito regional ou provincial (*Partido Aragonés Regionalista, Unión Valenciana, Unión del*

⁴⁵ Pretendia recuperar o «centro», batendo-se pelo espaço da UCD.

Pueblo Navarro...). Sem dúvida, o contributo de maior interesse veio do PDP, fundado em Julho de 1982 por um grupo de filiados e parlamentares pertencentes ao sector democrata-cristão da UCD. O PDP apresentava-se como um partido de centro-direita que procurava cobrir o vazio ideológico deixado pela UCD, tentando captar o voto desta última formação⁴⁶.

A coligação inscrevia-se na estratégia desenhada por Fraga de conseguir o voto da denominada «maioria natural», que entendia como maioritária no país, tentando com isso travar a subida («ameaça») do PSOE.

Os resultados obtidos não deixam lugar a dúvidas sobre o êxito do projecto, embora não possamos esquecer que o mesmo se baseou no colapso da UCD. Em 28 de Outubro de 1982 obteve 25,9% dos votos válidos expressos (contra os 6,3% de 1979), passando de 9 deputados e 3 senadores para 107 deputados e 54 senadores. Este resultado foi classificado como a «novedad más importante de estas elecciones»⁴⁷. Não devemos esquecer que o aumento percentual foi maior do que o obtido pelo PSOE, embora isso se explique por partir de uma base menor. Um autor classificou esses resultados como «subtriunfo»⁴⁸ por não ter conseguido o objectivo da denominada «maioria natural». De qualquer forma, a AP passou a ser a segunda força política e a alternativa eleitoral ao Partido Socialista.

Nas eleições de 1982 a coligação AP-PDP obteve mandatos em todos os distritos, excepto em Guipúzcoa, Ceuta e Melilla (nestes dois últimos distritos impera o sistema maioritário de forma radical). O aumento de votos da coligação ficou a dever-se basicamente ao apoio do eleitorado *ex-ucedista*⁴⁹, e para tanto ajudou a presença do PDP⁵⁰.

Um facto a ter em conta é que a substituição da UCD pela AP-PDP depois das eleições de 1982 diminuiu o grau de fragmentação do sistema de partidos, mas, pelo contrário, aumentou a sua polarização. Este *bipartidarismo*, bem acolhido pelos dirigentes conservadores, teve um efeito negativo sobre a referida formação, já que, face à eventualidade de uma possível subida ao poder da direita, o eleitorado denominado «progressista» (centro-esquerda) tendeu a concentrar o voto no PSOE. De facto, tanto nas eleições de 1986

⁴⁶ V., a propósito, as comunicações apresentadas e discursos pronunciados no I Congresso Nacional do PDP, in *Una Política Joven y Europea. Primer Congreso Nacional del Partido Demócrata Popular*, PDP, Madrid, 1982.

⁴⁷ M. Caciagli, «España 1982: las elecciones del cambio», in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 28, 1984, p. 101.

⁴⁸ J. R. Montero, «El sub-triunfo de la derecha: los apoyos electorales de AP-PDP», in J. J. Linz e J. R. Montero (eds.), *Crisis y Cambio: Electores y Partido en la España de los Años Ochenta*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1986, p. 355.

⁴⁹ Dos 4 900 000 votos que a UCD perdeu, cerca de 3 milhões (61,2%) foram para a AP-PDP [G. Sani, «Los desplazamientos del electorado: anatomía del cambio», *ibid.*, p. 13 (tabela 1.7)].

⁵⁰ R. Lopez Pintor e J. I. Wert, «La vida política», in R. López Pintor *et al.*, *Estudios Postelectorales de la Opinión Pública Española tras las Elecciones de Octubre de 1982*, Fundación Juan March, Madrid, 1983, p. 147 (mimeog.).

como nas de 1989 e, em menor medida, nas de 1993, o eleitorado preferiu votar nos socialistas, considerando-os, sobretudo nas últimas eleições, um «mal menor», face ao «perigo» da vitória dos conservadores.

Perante um tal dilema, a direita teve de proceder a uma mudança na orientação do seu ideário político no sentido de posições centristas, o que causou fortes tensões internas [demissão de Fraga, substituição por Antonio Hernández Mancha, refundação do partido (PP), regresso de Manuel Fraga e, por último, eleição como novo presidente de José María Aznar]. Nas eleições de 1986 e 1989 os conservadores estavam imobilizados, sem capacidade para aumentarem o número de votos, pelo que a afirmação de que constituíam a alternativa não deixava de ser mais um desejo do que uma realidade.

Nos últimos anos parece evidente que a situação tem variado, e de novo assistimos a um realinhamento do sistema de partidos, devido tanto a factores exógenos ao próprio PP como a factores endógenos. Quanto aos primeiros, devemos destacar: as dificuldades crescentes do PSOE na sua acção de governo; a perda de «credibilidade» da mensagem renovadora dos socialistas, que tantos entusiasmos e apoios despertou em 1982; a instalação na sociedade espanhola de fundadas dúvidas sobre a «ética política» dos socialistas, acusados por turvos assuntos de corrupção; o aumento dos votos da *Izquierda Unida*, que, pela esquerda, tira apoios aos socialistas; o questionamento da própria liderança de González.

Como factores endógenos aparecem: a progressiva transferência dos pressupostos programáticos para o centro político; a não existência de uma força política que compita pela direita com o PP; a consolidação da nova equipa dirigente de José María Aznar, ainda que não possamos falar, como no caso de González, de uma liderança carismática; a melhoria das actuações do PP nas instituições; o abandono, em parte, da mensagem catastrofista, procurando apresentar-se como uma alternativa real; por último, o desaparecimento do temor do eleitorado «urbano» à chegada do centro-direita ao poder.

3.º O *centro político* tem sido o espaço mais cobiçado durante todos estes anos devido ao facto de o eleitorado espanhol se situar de preferência nessa opção. De facto, os partidos governantes têm ocupado o centro político (UCD), ou o centro-esquerda (PSOE), e na actualidade o PP pretende ocupar o centro-direita. Podemos afirmar que o partido que consegue o centro se encontra em condições de governar.

O exemplo mais significativo de um partido do centro temo-lo na *Unión de Centro Democrático*, o que constitui um dos traços mais peculiares da transição espanhola. Esse partido protagonizou o panorama político desde 1977 até 1982, obtendo o maior número de votos e de mandatos nas duas primeiras eleições gerais. A constituição do mesmo realizou-se por iniciativa

de uma coligação de notáveis ligados em boa parte ao poder que souberam aproveitar a estrutura do Estado e a do *Movimiento*⁵¹ tanto a nível local como provincial. A implantação territorial do partido correspondia essencialmente a uma operação clássica de *penetración* do centro para a periferia. A UCD não contava com uma ideologia coerente e bem definida, mas com uma soma de ideologias dispersas e, inclusive, antagónicas⁵².

Na sua formação confluíram, por um lado, grupos que tinham pertencido à oposição e que se situavam no centro, os quais emprestaram a legitimidade necessária à classe política procedente da ditadura⁵³, e, por outro, membros do governo e do antigo *Movimiento Nacional* que tinham o suficiente apoio e conhecimento do Estado para obterem vantagens do mesmo e evitarem um triunfo da esquerda. A presença de antigos colaboradores da ditadura, aliada à de membros da oposição, facilitou a legitimação do novo regime político que se procurava criar⁵⁴. Num primeiro momento os pequenos grupos que vinham da oposição apoiaram o ex-ministro José María de Areilza com o fim de que se encarregasse da coligação que estava a formar-se, mas este não pôde resistir à candidatura de Adolfo Suárez, que queria controlar a referida operação, pelo que Areilza acabou por ser excluído do projecto. O facto mais saliente foi o de que o chefe do governo se converteu no líder do partido recém-criado, e não o contrário.

Do total de deputados obtidos pela UCD nas eleições de 1977, 29,8% pertenciam ao grupo democrata-cristão, 13,3% aos liberais, 10,9% aos sociais-democratas, 11,5% aos partidos regionalistas e 34,5% aos «independentes»⁵⁵. Esta mistura era suficientemente explosiva para que a ideologia da coligação fosse vaga e ecléctica, facto que, embora benéfico, significou, com o tempo, o princípio do fim. A unidade do partido mantinha-se graças às

⁵¹ S. Sanchez-Teran, *De Franco a la Generalitat*, Planeta, Barcelona, 1988, p. 270.

⁵² As tendências eram social-democrata (*Partido Socialdemócrata Independiente*, *Partido Socialdemócrata*, *Federación Socialdemócrata* e *Unión Socialdemócrata Española*), liberal (*Federación de Partidos Demócratas y Liberales*, *Partido Liberal*, *Partido Progresista Liberal* e *Partido Demócrata Popular*), democrata-cristã (*Partido Demócrata Cristiano* e *Partido Popular*) e regionalista (*Partido Social Liberal Andaluz*, *Acción Regional Extremeña*, *Unión Demócrata de Murcia* e *Partido Gallego Independiente*). A maioria eram pequenos grupos, como afirmava Joaquín Garriguez Walker, «Mis bases caben en un taxi» (*taxipartido*).

⁵³ G. Di Palma fala da «legitimação relativamente ao passado» (*backward legitimation*), em «Derecha, izquierda o centro? Sobre la legitimación de los partidos y coaliciones en el sur de Europa», in *Revista del Departamento de Derecho Político*, parte I, 4, Outono de 1979, pp. 125-145, e parte II, 6, Primavera de 1980, pp. 133-145.

⁵⁴ J. J. Linz, «The legacy of Franco and democracy», in H. Baier, H. Mathias Keppling e K. Reumann (eds.), *Öffentliche Meinung und Sozialer Wandel*, Westdeutscher Verlag, 1992.

⁵⁵ *Diario 16* de 3 de Dezembro de 1977: oito deputados da UCD tinham ocupado cargos no *Movimiento*, dezoito no *Sindicato Vertical*, oito tinham sido *alcaldes* ou *consejales* e quinze procuradores às Cortes, governadores civis ou presidentes de *diputación*.

vitórias eleitorais, confiadas na capacidade de liderança de Suárez⁵⁶, mas, quando a «estrela» deste começou a declinar, as tensões agudizaram-se, acabando com o projecto partidário.

Os resultados eleitorais de 1977 foram um factor favorável para a conversão da coligação UCD num partido político com maior institucionalização, se bem que no seu interior continuassem a produzir-se enfrentamentos programáticos derivados das diferentes ideologias que no mesmo conviviam.

Em Dezembro de 1977 o *conselho político* comunicou a todos os partidos integrantes da coligação que deviam autodissolver-se e fundir-se num único partido. Este facto provocou algumas reticências, especialmente no sector democrata-cristão, mas foi aceite por todos. A unificação realizou-se previamente à formação do governo, no qual todos os sectores componentes da coligação obtiveram alguma pasta ministerial.

Um dos máximos dirigentes da UCD, Martín Villa, partidário da constituição de um partido unitário, reconheceu *a posteriori* que teria sido mais conveniente manter a coligação tal como estava, qualificando a sua decisão de «error de apreciación considerable»⁵⁷, já que, apesar da unificação, as «familias siguieron unidas y haciendo la guerra por su cuenta»⁵⁸, o que provocou o aumento das tensões internas e, ao fim e ao cabo, o fracasso do projecto partidário.

Em Outubro de 1978 realizou-se o *primeiro congresso* do partido, que confirmou a tendência centralizadora e criou uma estrutura presidencialista, reforçando a liderança de Adolfo Suárez.

Nas eleições de Março de 1979 a UCD obteve de novo a vitória. Foi o partido mais beneficiado da política de «consenso», o que possibilitou a aprovação da Constituição e a execução de uma política de ajustamentos para tratar de atacar os graves efeitos (desemprego, inflação, encerramento de empresas...) que a crise económica estava a produzir.

Percentualmente, aumentou os seus votos em 0,4%, em termos absolutos algo como mais 40 000, conseguindo dois mandatos mais (passou de 166 para 168), número que, apesar de não lhe dar a maioria absoluta, lhe permitia continuar a governar. Além disso, reforçou a sua presença no Senado.

Quanto à distribuição provincial de votos, a UCD ampliou a sua presença no País Basco (de 12,7% para 16,9%), conseguindo um mandato em Guipúzcoa, única província em que não se tinha apresentado em 1977. Também progrediu na região valenciana e na Catalunha, desalojando da segunda

⁵⁶ *Carisma situacional*, na denominação de R. C. Tucker, «The theory of charismatic leadership», in A. Dankward (ed.), *Philosopher and Kings. Studies in Leadership*, George Brazillier, Nova Iorque, 1970, pp. 69-74.

⁵⁷ R. Martín Villa, *Al Servicio del Estado*, Planeta, Barcelona, 1984, p. 82.

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 83.

e terceira posições os comunistas e os nacionalistas, respectivamente. Este crescimento fez-se à custa da AP, reforçando-se a UCD nas regiões onde era mais débil; pelo contrário, baixou os votos e mandatos nas regiões onde tinha obtido um maior apoio nas eleições anteriores, ainda que sem perder o seu privilegiado primeiro lugar.

A vitória iniciou um período que significou o princípio da decomposição do partido centrista devido não só à paulatina rejeição do eleitorado, nalguns casos atenuada (eleições municipais) e noutros contundente (referendo andaluz e eleições galegas), mas também, sobretudo, a três factos que demonstram a incapacidade para resolver as suas divergências internas: a reunião da «Casa de la Pradera»⁵⁹, a substituição na presidência do grupo parlamentar e a queda da liderança de Suárez, confrontado com a fulgurante ascensão de Felipe González (moção de censura)⁶⁰.

A situação do país nesse ano era muito crítica: elevada conflitualidade social⁶¹, importante pressão terrorista, incapacidade do governo para manter uma postura firme frente aos nacionalistas, agravamento da crise económica e da pressão militar. Tudo isso levou à demissão (Janeiro de 1981) do presidente do governo, Adolfo Suárez, o qual foi substituído por Leopoldo Calvo Sotelo num ambiente de irritação e de temor que pôs em questão o próprio sistema democrático (tentativa de golpe de estado de 23 de Fevereiro de 1981). Não podiam dar-se mais factores adversos, pelo que os cidadãos iniciam um abandono precipitado da UCD (tal como fazem alguns membros do grupo parlamentar). A saída do próprio Suárez do partido, assim como uma crescente direitização da mensagem, culminam o processo.

Foram, portanto, factores internos e externos que provocaram o afundamento da UCD, carente de uma liderança e de uma ideologia clara para defrontar o processo de consolidação democrática. O eleitorado de centro-direita, base numérica mais importante do partido, optou por votar AP, enquanto o eleitorado de centro-centro e centro-esquerda se inclinou pelo recém-fundado *Centro Democrático y Social* (CDS) ou pelo PSOE.

Nas eleições de 1982 (28 de Outubro) a UCD perdeu 4 866 854 votos e 157 lugares no Congresso e 116 no Senado, passando a converter-se na quarta força política, atrás dos socialistas (PSOE), da direita conservadora (AP) e dos nacionalistas catalães (CiU). A partir desse momento só faltava assinar a «certidão de óbito» da UCD, embora os Espanhóis já o tivessem feito nas urnas.

⁵⁹ Reunião de Junho de 1980 da comissão permanente da UCD. Nela ficaram patentes as profundas divisões no interior do partido e a crise de liderança de Suárez.

⁶⁰ J. Hopkin, «La desintegración de la Unión de Centro Democrático: una interpretación organizativa», in *Revista de Estudios Políticos*, 81, Julho-Setembro de 1993, p. 206.

⁶¹ A. Soto, «Long cycle of social conflict in Spain (1868-1986)», in *Review*, xvi, 2, Primavera de 1993, pp. 173-197.

Mas convém fazer aqui, ainda que brevemente, uma análise do papel desempenhado pela UCD na transição democrática espanhola. Merece destaque neste sentido o estudo de Carlos Hunneus⁶². Para este autor, a UCD é produto de uma *política consensual* a três níveis: (1) negociação e compromisso no interior dos grupos de poder franquista que teve como objectivo central tornar viável uma mudança pela via legal. Este nível finalizou com a aprovação pelas Cortes autoritárias da LRP e com a integração na coligação eleitoral de políticos procedentes do franquismo; (2) negociação entre o governo e a oposição democrática com o objectivo de criar as bases políticas que tornassem possível a celebração das eleições gerais e a legalização dos partidos políticos num ambiente de liberdade; (3) negociação entre sectores do próprio governo e da oposição democrática com vista a formar a coligação eleitoral UCD⁶³.

Estes diferentes níveis de negociação possibilitaram a transição, ao mesmo tempo que permitiram à UCD o controle político da mesma. Ao coexistirem no seu interior diferentes tendências ideológicas, evitou-se que as mesmas se dessem na sociedade e facilitou-se a mudança de regime político.

A UCD teve a sua razão de ser no processo de transição, era um partido para e pela transição, mas não para a normalidade democrática. Por isso, uma vez chegada a referida etapa, as tensões reprimidas estalaram e tornaram inviável a sua continuidade.

Por último, dentro do espaço do centro há que mencionar o CDS, que nasce pela mão de Adolfo Suárez antes das eleições de 1982. Suárez, com alguns incondicionais, resolve formar um partido à sua «imagem e semelhança» que ocupe o espaço do centro político. Tratou-se de uma primeira análise equivocada, pois desde 1982 esse âmbito estava ocupado maioritariamente pelo PSOE. Apesar de algum êxito eleitoral (1986), o CDS teve desde o princípio um grave dilema: um discurso «radical» frente a eleitores moderados, o que o levou a uma crescente «esquizofrenia», que não foi capaz de superar. Enquanto as suas acções não tiveram transcendência política prática, não houve problemas, mas, quando teve de optar (moção de censura do Ayuntamiento de Madrid em 1989), não teve outro remédio senão aliar-se no PP. A partir desse momento os seus eleitores mais conservadores preferiram votar num grande partido e depositaram a sua confiança no PP; pelo contrário, os votantes mais à esquerda optaram pelo PSOE, e o CDS desapareceu, engolido pelos dois grandes, por ter perdido a sua identidade de centro a uma distância crítica de ambos.

4.º *Os nacionalistas*. A formação histórica da nação espanhola tem sido um processo longo e complexo. Durante o século passado aparecem as pri-

⁶² C. Hunneus, *La Unión de Centro Democrática y la Transición a la Democracia en España*, CIS, Madrid, 1985.

⁶³ *Id.*, *ibid.*, p. 16.

meiras manifestações de nacionalismo político, dirigido pela burguesia, especialmente na Catalunha e no País Basco. O nascimento dos *movimientos nacionalistas* em Espanha responde em boa medida à impermeabilidade do Estado centralista, imposto pelos «moderados» (conservadores), e às dificuldades de levar a cabo qualquer reforma do mesmo, uma vez fracassado o *carlismo* e o *federalismo*.

Nos finais do século XIX, na Catalunha, a burguesia optou por apoiar uma política de reforma do Estado que implicava a descentralização do mesmo e a sua modernização política⁶⁴. A resposta do Estado foi procurar o conflito, que desencadeou um processo de radicalização das posições nacionalistas, patente na *II República*, durante a qual a *Esquerra Republicana* (ER), partido maioritário nessa região, combinava pedidos de tradição federal com petições de independência, ampliando os seus apoios às classes média e operária. Foi durante o referido período democrático que pela primeira vez foi aprovado um *estatuto de autonomia* (1932) para a Catalunha, que significou o início da descentralização do Estado.

No caso basco, a importância da questão nacionalista é menor durante estes anos do que na Catalunha, devido ao facto de a burguesia dessa região não se sentir atraída, em princípio, pela citada ideologia. De facto, o «nacionalismo basco ha sido inicialmente formulado como ideología defensiva frente a la transformación industrial y buscando en la tradición el punto romántico de referencia»⁶⁵.

A partir de 1930, o *Partido Nacionalista Vasco* (PNV) conseguiu vencer as suas divergências internas, que giram à volta do independentismo e do regionalismo, estabelecendo como ponto comum de união o chamado «Pacto Foral», o qual implica o acordo por cima «entre instancias supremas del Estado español y de Euskadi»⁶⁶. A influência da direita católica nesta formação evitou a sua radicalização. Obteve também um *estatuto de autonomía* em plena *guerra civil*, que, logicamente, teve escassa vigência.

Apesar das diferenças entre os nacionalismos basco e catalão nas suas origens, trajectória e ideologia, o tronco comum que faz com que os mesmos cristalizem deve procurar-se na atitude dos dirigentes do Estado central e no carácter conservador do nacionalismo espanhol, que, com o seu apoio a soluções autoritárias, favoreceu o aparecimento destes movimentos. A aceitação dos nacionalismos está ligada às escassas experiências democráticas vividas em Espanha.

⁶⁴ «La burguesía nacionalista de la Liga no quería la independencia, sino la reforma del Estado; no quería la ruptura, sino el compromiso; no quería la República, sino la apertura de la Monarquía.» (J. Solé Tura, *Nacionalidades y Nacionalismos en España*, Alianza, Madrid, 1985, p. 32.)

⁶⁵ J. M. Recalde *La construcción de las naciones*, Siglo XXI, Madrid, 1982, p. 403.

⁶⁶ J. Solé Tura, *Nacionalidades...*, cit., p. 40.

Ao iniciar-se o processo de transição para a democracia, assiste-se à fusão da conquista das liberdades e do reconhecimento da «personalidade diferenciada» de algumas regiões, já que não pode desvincular-se a luta pela democracia da consecução da autonomia. Este binómio é o que leva Adolfo Suárez e o próprio rei em diversas intervenções não só a reconhecerem esses movimentos, mas também a procurarem dar-lhes solução. Para Suárez este tema devia ser abordado numa tripla perspectiva: *histórica, política e funcional*. Histórica, porque mergulha as suas raízes no nosso passado. Política, porque a consciência regional⁶⁷ tem-se desenvolvido em paralelo com a democracia e a construção do Estado federal baseado na autonomia política. Funcional, já que a modernização do Estado implica a sua descentralização para um melhor e mais justo funcionamento.

A transcendência deste tema para os dirigentes da transição reside no facto de ser o único caso em que se deu uma *ruptura* com o passado mais imediato e um regresso à *II República*, tendo sido restituída a *Generalidad catalã*⁶⁸ antes mesmo da promulgação da Constituição.

Em suma, entre as peças básicas do *consenso* encontra-se o reconhecimento pela maior parte dos partidos do facto regional e a tentativa de lhe dar solução, ainda que continuasse a ser objecto de azeda polémica.

O governo da UCD saído das primeiras eleições tinha a intenção política de proceder à reestruturação do Estado, embora fizesse falta uma decisão sobre o modelo a adoptar e sobre o âmbito de aplicação, o que gerou tensões dentro do governo e do seu partido, bem como entre as diferentes forças políticas. A generalização do sistema autonómico foi defendida com afincamento pelo ministro Clavero, o qual considerava a autonomia um direito que devia estender-se a todos os povos de Espanha. Esta postura, que podia desembocar na constitucionalização de um modelo federal, não foi aceite pelos nacionalistas bascos e catalães, os quais, baseando-se no «facto diferencial», procuraram manter uma situação de privilégio. Em todo o caso, a extensão do processo autonómico implicou a limitação de reivindicações extremas e o estímulo do princípio da solidariedade.

O objectivo do governo da UCD era conseguir a institucionalização das regiões em regime de autonomia, insistindo no facto de que não tinham de ser iguais, já que cada estatuto poderia consagrar as diferenças e as vias de acesso que julgasse oportunas. A nossa *carta magna* contém a afirmação da «índis-solúvel unidade da nação espanhola», bem como a diferenciação entre «nacionalidades» e «regiões». Esta diferenciação tem «escaso relieve e

⁶⁷ V. o estudo quantitativo realizado por E. López-Aranguren, *La Conciencia Regional en el Proceso Autonómico Español*, CIS, Madrid, 1983.

⁶⁸ Decreto-Lei n.º 41/77, de 29 de Setembro, sobre o restabelecimento provisório da *Generalidad* da Catalunha, in *BOE*, n.º 238, de 5 de Outubro de 1977.

importancia»⁶⁹, mas trouxe consigo a satisfação de certas exigências políticas e a manutenção do consenso. De qualquer forma, o importante do novo ordenamento político democrático foi permitir *a passagem de um Estado centralista para um Estado autonómico*.

Vamos analisar os partidos políticos mais significativos na Catalunha e no País Basco, ainda que não possamos esquecer que têm aparecido partidos nacionalistas na outra nacionalidade histórica (a Galiza) ou nas restantes regiões.

Na Catalunha, em 1974, constituiu-se à volta de Jordi Pujol o partido *Convergència Democràtica de Catalunya* (CDC), que se converteu no eixo da vida política catalã ao ocupar a posição regionalista e de centro⁷⁰. Nas eleições de 1977 a CDC constituiu-se no núcleo do *Pacte Democràtic per Catalunya*, coligação que conseguiu situar-se à frente da UCD nesta região, embora atrás dos dois partidos de esquerda (PSC/PSOE e PSUC/PCE).

Em 1979 cria-se a coligação *Convergencia I Unió*, formada pela CDC e pela *Unió Democràtica de Catalunya* (UDC), de tendência democrata-cristã. Esta coligação obteve 8 mandatos, representando as posições do nacionalismo moderado com uma ideologia de centro-direita, atrás dos centristas e da esquerda. A nível do Estado tem tido uma presença constante nas Cortes, colaborando (embora com outro nome) na redacção da Constituição e na governabilidade do país.

A nível autonómico conseguiu, não sem certa surpresa, superar os socialistas nas primeiras eleições regionais (1980) e formar governo com o apoio da ERC. Saiu reforçada das eleições autonómicas seguintes até alcançar e repetir maiorias absolutas em 1984, 1988 e 1992. Pode-se dizer, portanto, que no âmbito catalão temos um sistema de partidos no qual a CiU é *preponderante* desde 1984, graças, entre outros factores, à liderança exercida por Pujol⁷¹. A oposição é encabeçada pelos socialistas.

O peso do nacionalismo radical é escasso na Catalunha. Nas diferentes eleições autonómicas a ERC tem-se situado em percentagens que não superam os 9% (8,9% em 1980, 4,4% em 1984, 4,1% em 1988 e 7,9% em 1992).

No País Basco a situação apresenta maior complexidade. Nesta região a importância quantitativa dos partidos especificamente bascos faz com que as formações nacionais estejam em minoria. Por exemplo, nas eleições gerais de 1979 os partidos nacionalistas (PNV + EE + HB) obtiveram 50,7% dos votos e nas autonómicas do ano seguinte 64,5%⁷², percentagem suficientemente

⁶⁹ J. Ferrando Badía, *Estudios de Ciencia Política*, Tecnos, Madrid, 1992, p. 316.

⁷⁰ J. de Esteban e L. López Guerra, *Los Partidos Políticos en la España Actual*, Planeta/Instituto de Estudios Económicos, Madrid, 1982, pp. 176-178.

⁷¹ J. Antich, *El Virrey*, Planeta, Barcelona, 1994. Descreve a personalidade de Jordi Pujol.

⁷² F. J. Llera, «Caracterización sociopolítica del sistema de partidos de la Comunidad Autónoma Vasca y Navarra», in *Revista de Estudios Políticos*, 20, Março-Abril de 1981, pp. 61-86.

eloquente, a qual, junta à «rejeição» da Constituição nesse território, põe em evidência uma situação política conflitual. A isto haveria que acrescentar a persistência da luta armada levada a cabo pela ETA (*Euskadi ta Askatasuna*)⁷³.

A força política que tem mantido historicamente a centralidade do mundo nacionalista tem sido o *Partido Nacionalista Vasco*, que sofreu uma profunda crise devido às transformações havidas na família nacionalista. O PNV tem governado ininterruptamente a autonomia desde 1980, embora se tenha visto obrigado para isso a fazer acordos com os socialistas ou com uma importante cisão surgida das suas fileiras, *Eusko Alkartasuna* (EA). A sua ideologia é democrata-cristã e nacionalista e mantém uma linguagem imprecisa, própria dos partidos nacionalistas, que se move entre o forismo e o independentismo, ainda que a prática política o leve a ser colaborador de Madrid e moderado nas suas actuações.

Na «esquerda *abertzale*» tem havido inumeráveis grupos políticos que se movem em redor da ETA devido aos conflitos internos desta organização, que teve a sua origem no PNV. Destes grupos destacam-se os «político-militares», que se organizaram a partir de 1977 na *Euskadiko Ezquerria* (EE), e os «militares», que o fizeram na *Herri Batasuna* (HB), a qual se constituiu formalmente como plataforma eleitoral em 1979. As duas tendências estiveram representadas na *Koordinadora Abertzale Socialista* (KAS), que estabelecia como objectivos a consecução de um Estado basco, socialista, independente, reunificado e *euskaldun*. Não obstante, as diferenças entre ambas as organizações deram lugar à saída da EE da KAS. Posteriormente, a EE foi absorvida pelo PSOE, ficando como representante da esquerda *abertzale* a HB, cada vez mais dependente das directivas dos sectores mais «duros» da ETA.

O peso dos partidos nacionalistas tem sido predominante desde 1979 e 1990. No entanto, em 1993 a representação dos partidos de âmbito nacional superou a dos nacionalistas: assim, os deputados eleitos do PSOE (7) e do PP (3) superaram os do PNV, HB e EA (8 no total) nas três províncias bascas, resultado que se confirmou nas eleições autonómicas de 1994.

As unidades partidárias anteriormente descritas permitem-nos falar de um subsistema de partidos basco com um alto grau de politização e autonomia⁷⁴,

⁷³ Sirva de exemplo que entre 1976 e 1992 a ETA realizou 491 atentados, produzindo um total de 673 vítimas mortais, sobretudo membros do exército e da polícia. O ponto culminante das acções terroristas foi atingido em 1980, descendo o número a partir do ano seguinte. Apesar dessa diminuição, a ETA possui ainda capacidade operacional; não podemos esquecer que no princípio deste ano (1995) tentou assassinar o líder da oposição, José María Aznar. Os dados procedem de L. E. Alonso e F. Reinares, «Conflictividad», in S. del Campo (ed.), *Tendencias...*, cit., p. 70.

⁷⁴ Em contraste com a situação italiana, M. Ilardi, «Ruolo e funzioni dei comitati regionali», in VVAA, *Autonomias políticas regionales e sistema dei partiti*, Giuffrè, Milão, 1988, pp. 109 e 110.

ainda que não possamos esquecer que o mesmo depende ou é uma resposta ao sistema de partidos espanhol. No caso do País Basco, como explica Sartori, existe um *pluralismo polarizado*, sendo conveniente destacar a presença de duas clivagens significativas: a existente entre a direita e a esquerda e a que se dá no campo das afirmações nacionalistas.

5.º *A esquerda*. Vamos descrever as duas organizações de âmbito estatal que representam em Espanha esta ideologia: os socialistas, organizados no *Partido Socialista Obrero Español*, e os comunistas, no *Partido Comunista de España*. Tanto no mundo socialista como no comunista têm existido outros pequenos partidos, mas na maior parte dos casos têm terminado por integrar-se nas duas organizações antes mencionadas, embora seja mais correcto afirmar que têm sido absorvidos por estas.

A organização que agrupava, e agrupa, a maior parte dos socialistas é o PSOE, o qual mergulha as suas raízes na história do movimento operário espanhol. Fundado em 1879, os seus começos são hesitantes e evidenciam a sua debilidade, se o compararmos com outros partidos socialistas europeus. Durante a *II República* alcançou a maioria, sendo o partido mais articulado e melhor organizado desse período e um elemento-chave para a sobrevivência do próprio sistema político, pelo que as suas crises e lutas internas não só o afectavam a ele, mas também ao próprio regime republicano, como sucedeu depois da fracassada intentona revolucionária de Outubro de 1934.

Ao longo da *ditadura*, e depois de sarar as feridas internas produzidas pelas tensões da *guerra civil* e pela repressão franquista, foi renovando os seus quadros dirigentes, as suas posições doutrinárias e estrutura organizativa durante um longo período (1954-1970) cheio de conflitos internos. No fim do mesmo os «renovadores» apoderam-se do controle do partido, vencendo os chamados «históricos». O objectivo dos primeiros tinha muito que ver com a mudança geracional que se vinha dando entre a oposição à ditadura, assim como com o desejo de controlar a actividade do partido a partir de Espanha. O ponto final desse processo deu-se em Outubro de 1974, em Suresnes, *XIII Congresso, no exílio*⁷⁵, donde saiu a nova *comissão executiva* encabeçada por Felipe González.

Com a renovação dos membros da direcção assistiu-se a um processo de mudança ideológica, marcado pela passagem de um partido que tinha procurado representar a classe operária a um partido que aspirava a converter-se em «agarrar tudo»⁷⁶, na linha de outras formações socialistas europeias. Esta

⁷⁵ V. «20 años de Suresnes», in *Diario 16*, de 4 de Outubro de 1994, *dossier 16*, pp. 1-16, e «Lo que Suresnes se llevó», in *El Mundo*, «Documentos», cvi, 11 de Outubro 1995, pp. 1-12.

⁷⁶ B. Kohler, *Political Forces in Spain, Greece and Portugal*, Butterworth, Londres, 1982, p. 37.

última transformação obrigou-o a uma mudança no modelo organizativo, o que provocou (como veremos durante o *XXVIII Congresso*) uma forte crise interna.

Uma das preocupações mais importantes da nova direcção foi manter-se afastada dos comunistas, dada a superioridade destes últimos em implantação e trabalho militante. O objectivo central foi reforçar as marcas de identidade próprias e isolar o PCE⁷⁷. O duo Felipe González-Alfonso Guerra considerou como eixo prioritário da sua acção política a construção de um forte e disciplinado aparelho partidário, em ordem a manter a coesão interna. Por sua vez, o programa político que o PSOE apresentava entre 1974 e 1977 incluía reivindicações nitidamente *esquerdistas*, com o fim de suplantar o PCE pela esquerda e apresentá-lo como *pactista*. Esta tática deu bons resultados aos socialistas, que se constituíram no principal partido da esquerda em 1977. A partir daí iniciou-se uma nova etapa que consistiu, precisamente, pelo contrário, em abandonar as posições *esquerdistas* e apresentar-se perante a sociedade espanhola como um partido capaz de governar para todos.

O citado *esquerdismo* encontra-se em reivindicações como «a institucionalização jurídico-política dos países e regiões integrantes do Estado espanhol», a autodeterminação das nacionalidades, a dissolução de corpos representivos ou a reafirmação a favor da república⁷⁸.

A expressão máxima deste ideário consta das resoluções do *XXVII Congresso*, celebrado em Madrid entre os dias 5 e 8 de Dezembro de 1976, ainda sem o partido estar legalizado. Ao mesmo tempo assistiram a «flor e nata» da *Internacional Socialista* (Palme, Brandt, Mitterrand, Foot, Altamirano...), o que significou um apoio a Felipe González e à política por ele seguida. Durante o referido congresso⁷⁹ o PSOE definiu-se como um partido «de classe», «portanto de massas, marxista e democrático», apontando no seu projecto estratégico para um conceito próximo da *ditadura do proletariado*⁸⁰, ao mesmo tempo que afirmava o carácter *internacionalista e anti-imperialista* do partido.

⁷⁷ Bom exemplo disso foi a não participação na *Junta Democrática de España*, criada e controlada pelo PCE em 1974 como organismo unitário da oposição, e fundarem eles próprios a *Plataforma de Convergencia Democrática* em Junho de 1975 com o fim de poderem competir com a anterior, ao mesmo tempo que mantinham face à opinião pública um discurso «anticomunista».

⁷⁸ L. Gómez Llorente, «El PSOE. Monarquía o república», in *Cuadernos para el Diálogo*, 207, 16 de Junho de 1977.

⁷⁹ V. as actas do mesmo: *XXVII Congreso del Partido Socialista Obrero Español*, Avance, Barcelona, 1977.

⁸⁰ Assim, assinalava-se que no processo a caminho do socialismo existirá «una etapa transitoria [...] En la que serían necesarias intervenciones enérgicas y decisivas sobre los derechos adquiridos y las estructuras de la sociedad burguesa [...]», (*ibid.*, p. 117).

Estas afirmações encontravam-se afastadas do projecto social-democrata, que tão bons resultados tinha dado na Europa do pós-guerra, mas havia que entendê-las como tentativa de afastar os comunistas e como excesso de acumulação ideológica e falta de prática política, dado o seu afastamento do poder durante tantos anos. Por isso, as resoluções do *XXVII Congresso* encerravam o paradoxo de aprovar propostas radicais e, inclusive, revolucionárias, acompanhadas do apoio à gestão de uma *comissão executiva* que tinha feito o contrário na actividade política quotidiana.

Os excelentes resultados obtidos pelo PSOE em 1977 converteram-no no ponto de referência da esquerda espanhola e permitiram-lhe, ainda que mantendo um discurso radical, conseguir a hegemonia dentro da esquerda e absorver os pequenos grupos socialistas dissidentes (*Partido Socialista Popular, Federación de Partidos Socialistas, Partido Socialista de Cataluña...*). Ao mesmo tempo marginalizou no seu interior o *sector crítico*, onde estavam destacadas personalidades (Gómez Llorente, Castellano, Bustelo...).

O citado sector pretendia acentuar o carácter de classe e marxista do partido, obtendo uma efémera vitória no *XXVIII Congresso* (Maio de 1979), ao conseguir que não se suprimisse a definição de marxista, face à posição da direcção, que defendia a sua substituição pelo qualificativo de «bloco social de classes»⁸¹. Ao aprovar-se a comunicação política, ficou em minoria a proposta da direcção, o que levou Felipe González, embora não fosse posta em causa a sua liderança, a renunciar à reeleição.

Não houve por parte de González uma tentativa de negociação, mas apenas de imposição dos seus critérios: ou eram aceites ou deixava órfão o partido. Esta posição de força tornou necessária a nomeação de uma *comissão gestora provisória* e a convocatória de um congresso extraordinário. Neste (Setembro de 1979) deu-se uma clara derrota do sector crítico, que ficou excluído da direcção, a qual, a partir desse momento, vai ser monopolizada por González e Guerra. Por sua vez, do ponto de vista ideológico, moderou-se o conteúdo do programa e ampliou-se a definição do partido a outras classes sociais. Ambos os aspectos são muito significativos para o futuro do PSOE e vão determinar o seu funcionamento até ao presente. É conveniente insistir em que a claudicação do partido às teses de González o tem conduzido a uma crescente submissão ao seu secretário-geral, sendo rejeitada desde então toda a crítica à sua pessoa, sob pena exclusão dos dissidentes⁸². Esta excessiva personalização e crescente poder de González tem diluído o debate político, ou, melhor dizendo, tem substituído este pela fidelidade ao líder, o que demonstra a escassa cultura democrática e a excessiva dependência do partido em relação

⁸¹ «Selección de ponencias del XXVIII Congreso del PSOE, celebrado en Madrid del 17 a 20 de Mayo de 1979», in *Revista de Derecho Político*, 4, 1979, pp. 207 e segs., e Fundación Friedrich Ebert, *XXVIII Congreso del PSOE, Dossier-20*, Madrid, 1979.

⁸² V. P. Castellano, *Yo sí me Acuerdo. Apuntes e Historias*, Temas de Hoy, Madrid, 1994.

a González, que tem imposto os seus critérios praticamente sem oposição. Só agora, com as primeiras derrotas, estão a surgir internamente vozes críticas.

O PSOE é um dos activos mais importantes da democracia espanhola, tal como Felipe González constitui um activo não só para o partido, mas também para a Espanha. A par destas afirmações é necessário declarar que a «exaltação do líder» tem sido feita à custa do partido, o qual vem sofrendo uma crescente indefinição ideológica e uma forte deterioração interna pela ausência de vozes críticas às actuações governamentais. A subordinação do PSOE ao governo, e não o contrário, tem graves consequências para o primeiro, que com o tempo se tem convertido numa máquina de conseguir votos e de manter «clientelas». A situação descrita só é suportável enquanto se ganhem eleições, e esse é o dilema em que na actualidade se encontra o PSOE.

O *Partido Comunista de Espanha* conta também com uma longa tradição na nossa história. Embora o seu peso eleitoral tenha sido sempre muito escasso, o seu peso político foi importante sobretudo durante a *guerra civil* e a *transição*.

Na ditadura o PCE conseguiu manter uma estrutura no interior da Espanha e organizar actividades de oposição, apesar da forte repressão sofrida. Os anos 40 foram especialmente duros. Nesse período combinou a acção guerrilheira com a utilização dos meios legais (infiltração nos sindicatos oficiais). A luta armada foi abandonada em 1948 devido ao fracasso deste tipo de actuações.

A alteração fundamental na sua acção táctica deu-se a partir de 1967, se bem que a origem da mesma se encontre na política de *reconciliação nacional* formulada entre 1955 e 1956. O objectivo do PCE era preparar a transição e não ficar excluído do regime que sucedesse ao franquismo. Isto levou-o a adoptar uma política de moderação, que se explica não só pelo conhecimento da situação real da Espanha, mas também pelo temor de ficar isolado dentro da oposição, pois existia um forte sentimento anticomunista sobretudo entre os socialistas.

A política de *reconciliação nacional* e o afastamento progressivo das orientações de Moscovo (condena a intervenção das tropas do *Pacto de Varsóvia* em Praga, Agosto de 1968) deram lugar a intensos debates dentro do partido, que se saldaram com pequenas cisões ou expulsões dos dissidentes. A falta de crítica interna pôs em evidência o carácter não democrático da organização, carácter mantido durante a democracia e que não tem dado lugar a factos de natureza semelhante.

O Partido Comunista contava com o maior número de filiados, a melhor e mais efectiva organização e uma grande capacidade de mobilização. A isso há que acrescentar os êxitos conseguidos na sua política de infiltração em organizações legais, sendo o caso mais paradigmático o realizado nos sindicatos franquistas, justificado como um meio de acelerar a decomposição dos mesmos. A partir de 1966, as *Comisiones Obreras* (CCOO) estiveram controladas pelos comunistas. Ao mesmo tempo o PCE teve uma forte influência nos movimentos de protesto universitário, de moradores e de intelectuais.

Em 1969 a direcção do partido lançava a todos aqueles que queriam acabar com ditadura o seu *pacto para a liberdade*, o qual tinha como objectivo criar uma ampla frente de massas que isolasse os sectores mais reaccionários. O pacto alargava-se aos grupos da chamada *semioposição* e punha como único objectivo do ponto de vista político a consecução da democracia para a Espanha. Para alcançá-la era necessária a combinação de dois elementos: (1) a intensificação da mobilização até chegar à greve nacional; (2) articular um amplo acordo político «entre las fuerzas y personalidades con arraigo en los más amplios sectores del país»⁸³.

Esta política fracassou em boa medida. Apesar do aumento da conflitualidade social, sobretudo a partir dos começos dos anos 70, não pode falar-se da existência de uma mobilização geral contra a ditadura. O acordo político não se tornou realidade, excepto na Catalunha. Devido a isso o PCE formou no Verão de 1974 a *Junta Democrática de Espanha*, juntamente com um grupo de personalidades de pouca influência e um pequeno partido.

Depois da morte de Franco a sua atitude foi-se moderando com o objectivo de conseguir a legalização. Como exemplo da sua mudança de postura citemos a atitude face ao tema da monarquia: o PCE passou em pouco tempo de qualificar o rei de «assassino» ou «continuador do ditador» a chamar-lhe «rei de todos os espanhóis». Esta nova atitude deveu-se à imposição que lhe foi feita pelo governo para poder ser legalizado, imposição que continha não só a aceitação da monarquia, mas também o respeito para com os símbolos e instituições do Estado e a oposição ao uso de qualquer tipo de violência.

Uma vez que se viu na impossibilidade de forçar a *ruptura democrática* e implantar um *governo provisório* que restabelecesse as liberdades, decretasse a amnistia e convocasse eleições para cortes constituintes, o PCE passou a fazer parte da oposição que estava a negociar a «ruptura acordada».

Um dos temas mais espinhosos da transição foi a legalização do PCE. Para o governo foi, por um lado, um autêntico «pesadelo», devido à pressão contrária exercida pelos sectores mais imobilistas, incluída boa parte do exército, e, por outro lado, foi a «prova de fogo» que o governo tinha de enfrentar para demonstrar a sua vontade democratizadora. A mesma provocou a demissão do ministro da Marinha, assim como um comunicado conjunto das forças armadas a deplorar o facto, embora acatando-o.

A legalização do PCE permitia conhecer a força real do mesmo e comprometia-o com aqueles que desejavam a implantação do sistema democrático, os quais, como temos dito, não só se encontravam na oposição, mas também em parte da classe política oriunda do franquismo.

Apesar da importante mobilização realizada na primeira campanha eleitoral pelos militantes comunistas, os resultados ficaram muito abaixo das

72 ⁸³ S. Carrilho, *Hacia el Pacto para la Libertad* (parte 1, «Del informe del secretario general al pleno ampliado del CC, septiembre»), 1970, pp. 6-7.

expectativas, salvando-se apenas a Catalunha. Nas eleições de 1977 o PCE obteve 9,4% dos votos e 20 deputados, o que o colocava muito longe do PSOE, que sem partido se tinha situado claramente como a opção preferida pelos eleitores de esquerda. A direcção do partido, personalizada em Carrillo, mostrou a sua satisfação pelos resultados, o que não deixa de ser irónico, sendo a falta de autocritica um elemento permanente da sua análise. É chocante que se autoqualificasse como um «PC italiano em pequeno»⁸⁴, o que evidencia a distância a que se encontrava da realidade política que a vontade dos Espanhóis havia imposto.

Na seu intento de superarem o PSOE, os comunistas mantiveram uma política de colaboração com a UCD, com a esperança de serem integrados nas tarefas de governo. Exemplo disso são os *pactos da Moncloa*, justificados pela direcção do partido como a acção política de um «supergobierno de concentración»⁸⁵, o que mostra mais um desejo do que uma realidade. Esta política iria significar uma perda constante de identidade, que permitiu ao PSOE não temer nada à sua esquerda e ir «devorando pacientemente el terreno que tenía el PCE»⁸⁶. O monolitismo do partido e a autocomplacência da direcção foram factores determinantes entre 1977 e 1978⁸⁷.

Nas eleições de 1979 os resultados tão-pouco foram bons (10,8% dos votos e 23 deputados), apesar da mudança de orientação táctica empreendida de crítica aos socialistas com o fim de lhes tirar votos e conseguir, assim, a hegemonia da esquerda. O escasso acréscimo do apoio recebido não podia ser interpretado em tal sentido, pelo que de novo decidiram mudar de orientação, assinando pactos pós-eleitorais com o PSOE após as eleições municipais de Abril de 1979. A política de colaboração municipal foi um autêntico fracasso para o PCE, já que a boa gestão da esquerda nos *ayuntamientos* foi rentabilizada em exclusivo pelos socialistas, que acabaram por atrair para as suas fileiras alguns dos quadros do PCE.

A partir do Verão de 1980 começaram a ouvir-se no Partido Comunista vozes de crítica à direcção por parte dos chamados «renovadores», entre os quais se encontravam significativos dirigentes (Tamames, Pilar Bravo, Azcárate, Antonio Gutiérrez (secretário-geral do PSUC), Roberto Lerchundi (secretário-geral do EPK)...), que propugnavam uma aproximação ao PSOE. Estas vozes críticas foram condenadas, entrincheirando-se a direcção em posições dogmáticas que a levaram a fazer acordos com os sectores pró-soviéticos (*V Congreso do PSUC*) e mais «duros» da organização. O ponto final da crise interna deu-se no *X Congreso* (Julho de 1981), no qual Carrillo optou, uma vez mais, por

⁸⁴ G. Morán, *Grandeza...*, cit., p. 547.

⁸⁵ *Mundo Obrero*, 41, semana de 13 a 19 de Outubro de 1977, p. 5.

⁸⁶ G. Morán, *Grandeza...*, cit., p. 555.

⁸⁷ V. «Informe de Santiago Carrillo en nombre del Comité Central saliente», in *Noveno Congreso del Partido Comunista de España (19-23 de Abril de 1978)*, Crítica, Barcelona, 1978, pp. 13-48.

uma política de depurações e de manutenção do seu projecto numa base de «incondicionalidade». A vitória de Carrillo foi negativa para o partido; os votantes passaram-lhe a factura. Nas eleições de Outubro de 1982 o PCE só conseguiu 4% dos votos e 4 deputados, o que provocou uma grave crise que forçou um ano depois a mudança de secretário-geral (*XI Congresso*, Dezembro de 1983). O novo dirigente, Gerardo Iglesias, não foi capaz de endireitar o partido.

O projecto sofreu então uma crise, que não foi capaz de superar nas eleições de 1986. A estas eleições não se apresentaram com as suas siglas, mas sob a denominação de *Izquierda Unida* (IU), a qual pouco depois viria a ser liderada pelo *alcalde* de Córdoba, Julio Anguita. Nas eleições de 1989 e de 1993 conseguiu percentagens semelhantes às que o PCE tivera antes de 1982. Embora a coligação IU tenha conseguido integrar no seu seio dissidentes socialistas, continua controlada pelos comunistas, os quais, ao contrário dos seus «camaradas» italianos, não têm sido capazes de se dissolver e de entender as mudanças que se deram no mundo após a queda do *muro de Berlim*.

A coligação IU tem no seu interior diferentes correntes, que põem em evidência o pluralismo da esquerda, mas ao mesmo tempo a direcção de Anguita reproduz em parte o «caudilhismo» de Carrillo, ao negar qualquer dissidência e ao tratar de levar por diante um projecto de desgaste do governo e do Partido Socialista que até à data tem dado poucos resultados.

Parece que de novo a esquerda espanhola, tradicionalmente dividida, é incapaz de dar solução às suas disputas e mantém uma luta «fratricida» da qual tem beneficiado o centro-direita. Contudo, seria injusto situar todas as responsabilidades na IU, pois, como já dissemos, o excessivo protagonismo de González e a política levada a cabo pelos seus governos fizeram com que a esquerda perdesse as suas marcas de identidade.

6.º *A extrema-esquerda*. O peso desta opção ideológica tem vindo a diminuir desde o fim da ditadura, até ficar reduzida apenas a alguns grupos simbólicos com escasso apoio eleitoral, embora com alguma presença em movimentos sociais.

Nas eleições de 1977 a extrema-esquerda obteve 2% dos votos, apesar de ter conseguido uma ampla audiência durante a campanha eleitoral. Em Madrid os diferentes grupos não conseguiram chegar aos 15 000 votos, embora noutras províncias tivessem melhores resultados, como em Navarra e nas Canárias⁸⁸.

Nestas primeiras eleições os nacionalistas radicais, que mantêm uma certa sintonia com o discurso da extrema-esquerda, obtiveram um mandato no País Basco (*Euskadiko Ezquerria*) e outro na Catalunha (*Esquerra de Catalunya*).

Nas eleições de 1979, se bem que a extrema-esquerda tivesse crescido ligeiramente, continuou sem ter representação parlamentar. Pelo contrário, o

⁸⁸ Em Pamplona a *Organización Revolucionaria de Trabajadores* (ORT) conseguiu 5% dos votos e nas Canárias a lista do *Pueblo Canario Unido* obteve 17 909 votos, superando o Partido Comunista.

nacionalismo radical aumentou a sua presença sobretudo no País Basco, onde a EE manteve o seu deputado, irrompendo a *Herri Batasuna* com três mandatos. Esta organização aparece «como la integración más o menos estable de votantes procedentes de dos sectores, el nacionalismo radical histórico y el nuevo radicalismo urbano generado por la crisis económica y ecológica en las grandes áreas industriales»⁸⁹. A HB declara-se explicitamente a favor da independência do País Basco e encontra-se ligada politicamente à actividade terrorista da ETA.

Nas referidas eleições (1979) a *Esquerra Republicana de Catalunya* (ERC) manteve o seu deputado e nas Canárias a *Unión del Pueblo Canario* (UPC) conseguiu um. Em suma, estas eleições representaram uma expansão dos partidos nacionalistas, entre os quais se incluem os anteriormente citados, que, como afirmámos, se situam próximos da extrema-esquerda.

Desde 1982 até à actualidade, o nacionalismo radical, tanto basco como catalão, tem mantido a sua presença no Congresso de Deputados. Em 1982 a HB, a EE e a ERC somavam quatro deputados. Em 1986 e 1989 o nacionalismo radical catalão não obteve representação; pelo contrário, o basco teve sete mandatos na primeira das referidas eleições e cinco na segunda. Em 1993 a EE não obteve representação, já que havia sido absorvida pelo PSOE, mas apareceu de novo a ERC com um mandato e a HB teve dois. Parece que a tendência indica uma progressiva perda do peso eleitoral desses grupos.

Os partidos estatais de extrema-esquerda não podem ser considerados como tais pelo menos até ao início da transição, já que careceram de uma organização centralizada e estruturada e a sua ideologia não era homogénea nem elaborada; além disso, o número de militantes era escasso⁹⁰. O nascimento desses grupos dá-se paralelamente ao surgimento na Europa ocidental e nos Estados Unidos da denominada *nueva izquierda*⁹¹.

O tronco ideológico comum da esquerda radical espanhola é formado pelo marxismo e pelo leninismo. A origem, no entanto, é variada: movimentos nacionalistas, grupos católicos e cisões de tendências maoistas do PCE. O objectivo destes grupos é a revolução social, usando alguns deles a violência para alcançá-la⁹².

O comportamento da extrema-esquerda centrou-se, após a morte de Franco, na conquista das liberdades e em questionar a legitimidade de uma mo-

⁸⁹ J. Corcuera, «Sistema de partidos en el País Vasco», *Estudios sobre el Estatuto de Autonomía del País Vasco*, III, HAEE/IVAP, Oñati, 1991, pp. 1033 e 1034.

⁹⁰ Em 1974 o *Movimiento Comunista de España* (MCE) tinha 4500 militantes (?), a *Organización Revolucionaria de Trabajadores* 700, a *Bandera Roja* 250 e o *Partido Comunista (reconstituído)* PC (r) 170 (S. Miguez, *La Preparación de la Transición a la Democracia en España*, Universidade de Saragoça, Saragoça, 1990, p. 240).

⁹¹ V., a propósito, o já clássico trabalho de M. Teodori, *Storia delle nuove sinistre in Europa (1956-1976)*, Il Mulino, Bolonha, 1976.

⁹² A análise mais completa sobre estes grupos em Espanha encontra-se em C. Laíza, *La Lucha Final. Los Partidos de la Izquierda Radical durante la Transición Española*, Los Libros de la Catarata, Madrid, 1995.

narquia imposta sem consultar a população. O discurso dos diferentes grupos foi evoluindo para uma maior integração no sistema democrático (ORT, *Partido del Trabajo de España* — PTE), para uma rejeição do sistema constitucional (MC e *Liga Comunista Revolucionaria* — LCR) ou para a prática da violência [PCE(r)/GRAPO — *Grupos Revolucionarios Antifascistas Primero de Octubre*, ETA e PCE (m-1)/FRAP — *Partido Comunista de España (marxista-leninista)/Frente Revolucionario Antifascista Patriótico*].

A falta de apoio popular e a incapacidade para adaptarem o seu discurso à nova situação política levaram-nos à dissolução (ORT e PTE) ou à crise de identidade e posterior unificação (MC e LCR). Um comentário à parte merece a ETA, a qual conta com um braço político activo, a *Herri Batasuna*, assim como com capacidade operacional para continuar a cometer atentados. O apoio eleitoral que a HB recebe significa um importante «balão de oxigénio», apesar do cada vez maior assédio policial. Este tema continua a ser um problema pendente na sociedade basca, embora sejam cada vez mais as vozes que clamam no próprio País Basco pela pacificação.

O SISTEMA DE PARTIDOS

A análise do sistema de partidos implica o estudo da interacção que se produz entre os partidos e, conseqüentemente, o modo como competem para a obtenção da representação política, assim como o nível de aproximação e afastamento em relação às suas posições ideológicas e programáticas⁹³.

Existem diversos enfoques para estudar o sistema de partidos⁹⁴ e a forma do sistema⁹⁵. No nosso caso não aplicámos nenhum modelo concreto de

⁹³ A. de Blas, «El sistema español de partidos», in A. Guerra e J. F. Tezanos (ed.), *La Década del Cambio (Diez Años de Gobierno Socialista 1982-1992)*, Sistema, Madrid, 1992, pp. 559-574, e S. Bartolini, «Partidos y sistemas de partidos», in G. Pasquino, S. Bartolini, M. Cotta, L. Morlino e A. Panebianco, *Manual de Ciencia Política*, Alianza Universidad, Madrid, 1988, pp. 217-264.

⁹⁴ *Enfoques genéticos*, representados, entre outros, pelos trabalhos de S. Rokkan, especialmente *Citizens, Elections, Parties*, Universitetsforlaget, Oslo, 1970, e «The growth and structuring of mass politics in the smaller European democracies», in *Comparative Studies in Society and History*, 10, 1968, pp. 173-210; também tem interesse o livro de S. M. Lipset e S. Rokkan (eds.), *Party Systems...*, cit.; *enfoques morfológicos*, entre os quais se destacam os estudos de M. Duverger, *Los Partidos...*, cit., G. Sartori, *Partidos y Sistemas de Partidos*, Alianza Universidad, Madrid, 1992, A. Lijphart, «Typologies of democratic systems», in *Comparative Political Studies*, 1, 1968, pp. 3-44, e D. W. Rae, *The Political Consequences of Electoral Laws*, Yale University Press, New Haven, 1971; *modelos competitivos*, onde sobressaem os já clássicos estudos de J. A. Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo y Democracia*, Folio, Barcelona, 1984, e A. Downs, *Teoría económica de la Democracia*, Aguilar, Madrid, 1973.

⁹⁵ Merecem particular interesse os estudos de D. W. Rae já citados, e de M. N. Pederson sobre o índice de volatilidade eleitoral, «Changing patterns of electoral volatility in European party systems, 1948-1977: explorations and explications», in H. Daalder e P. Mair, *Western European Party Systems*, Sage, Londres, 1983, e de J. Blonde, «Party systems and patterns of government in western democracies», in *Canadian Journal of Political Science*, 1, 1968, pp. 180-203.

análise, já que todos eles têm as suas vantagens e inconvenientes. De qualquer forma, o sistema de partidos a nível geral em Espanha apresenta com alguma exactidão as linhas de fractura que Rokkan assinala nas sociedades ocidentais: conflito centro-periferia; predomínio da estrutura eclesiástica na política e sua posterior secularização; influência do processo de industrialização e papel desempenhado pelos latifundiários e aparecimento dos partidos camponeses; conflito entre o capital e o trabalho.

A origem do sistema de partidos espanhol encontra-se na *restauração* (1874-1923). Neste período não pode utilizar-se, como acertadamente pôs em evidência Linz⁹⁶, o modelo teorizado por Lipset e Rokkan, nem se encontra qualquer confirmação das hipóteses estabelecidas por Sartori. Os partidos governantes dessa etapa pertencem àquilo que Max Weber denomina *partidos de notáveis* num sistema político não competitivo, no qual a opinião pública é sistematicamente manipulada através de práticas «caciquistas» e onde funciona o *turnismo* (alternância dos liberais e conservadores). Para a prática deste sistema político é necessário um papel activo por parte da coroa, que se converte na peça angular da «ficção», pois é o rei, e não a opinião pública, que determina quem partido governa.

O papel de Alfonso XIII e o seu apoio à *ditadura de Primo de Rivera* (1923-1930) contribuíram para a ascensão das forças republicanas e, portanto, para o seu próprio fim.

Na *II República* (1931-1936) surgiu uma série de partidos políticos (nalguns casos grupúsculos) que protagonizaram a vida nacional e permitiram o funcionamento de um regime democrático. O sistema de partidos deste período é de *pluralismo atomizado*⁹⁷. A *II República* foi fruto, tal como o actual regime político, de um processo de transição. Não obstante, os elementos que nela se deram, assim como a situação internacional, propiciaram a radicalização das forças políticas, favorecendo em boa medida o clima que deu lugar à *guerra civil* (1936-1939).

Em relação ao sistema de partidos na *II República*, devemos destacar quatro questões: em primeiro lugar, a debilidade do mesmo devido à excessiva fragmentação política; em segundo lugar, o aparecimento de partidos nacionalistas, fundamentalmente na Catalunha e no País Basco, que puseram em cima da mesa o conflito centro-periferia; em terceiro lugar, a escalada de tensão com a Igreja; por último, a intensificação do conflito de classe (também no âmbito agrário): a classe operária desempenhou inicialmente um papel favorável à democratização⁹⁸, mas optou, uma vez vigente o sistema

⁹⁶ *El Sistema de Partidos en España*, Narcea, Madrid, 1976, p. 24.

⁹⁷ M. Ramírez, *Sistema de Partidos en España (1931-1990)*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1991, p. 41.

⁹⁸ Facto manifesto para os processos de transição que se iniciaram no começo da década de 70 por J. S. Valenzuela, «Labor movements in transitions to democracy», in *Comparative Politics*, 21, 4, Julho de 1989.

democrático, por uma estratégia revolucionária, o que implicou um debilitamento do sistema político.

Como podemos apreciar, no caso da II República deram-se as sucessivas clivagens estabelecidas por Rokkan, que tiveram como resultado o desaparecimento do próprio Estado democrático e a sua substituição por outro autoritário.

Depois da «longa noite do franquismo» começa o processo de transição para a democracia, no qual podemos destacar como elemento determinante na configuração do sistema de partidos a *descontinuidade*⁹⁹. Esta descontinuidade afecta tanto os líderes políticos, com a excepção de Santiago Carrillo (PCE) e José María Robles (democracia cristã), como os partidos da esquerda burguesa e republicanos. Os únicos elementos de continuidade, ainda que matizáveis, foram o PSOE, o PCE e o PNV, já que estes partidos desempenharam um papel, nalguns casos fundamental, durante a *II República*. Não obstante, o PSOE sofrera uma intensa renovação desde os começos dos anos 70; em menor grau aconteceu o mesmo com o PNV; em relação ao PCE, mudou mais nos seus postulados («eurocomunismo») do que no pessoal dirigente (Carrillo, Dolores Ibárruri, *a Passionária*, ...), facto este que vai ter um reflexo negativo nas votações.

Em meados dos anos 70, das quatro clivagens assinaladas por Rokkan, só duas delas tem incidência real: o conflito de classes, materializado na luta política entre esquerda e direita e que tinha sido predominante em todo o processo político havido até agora; assim, em 1993, nas últimas eleições gerais, esteve presente no discurso dos principais partidos (em especial PSOE e PP), embora em menor medida nos seus programas e na acção de governo que tem tendido de maneira clara a chegar a todos os eleitores.

Em segundo lugar, o conflito centro-periferia, que tem adquirido um protagonismo claro devido à estruturação autonómica do Estado espanhol. O peso de certas comunidades autónomas é decisivo para explicar a governabilidade do país. Nalgumas delas, devido ao seu comportamento eleitoral, assiste-se à configuração de um subsistema de partidos que funciona de maneira diferente nas eleições regionais ou nas nacionais. Em todo o caso, o papel desempenhado pelas organizações nacionalistas tende a ser cada vez mais decisivo, devido à perda da maioria absoluta dos partidos estatais.

Na análise que faremos em função das sucessivas consultas eleitorais detemos apenas nas forças políticas mais importantes. Convém dividir o amplo período que analisamos (1977-1993) em três etapas: (1) compreendida entre as eleições gerais de 1977 e 1979, na qual existem duas forças políticas

⁹⁹ Fundación Foessa, *Informe Sociológico sobre el Cambio Político en España 1975-1981*, Euramerica, Madrid, 1981, p. 341.

maioritárias: UCD e PSOE; (2) iniciar-se-ia em 1982 e confirmar-se-ia nas eleições gerais de 1986 e 1989: nela o PSOE constituiu-se como o partido predominante; (3) começa com os resultados das eleições de 1993, quando aparecem de novo duas forças maioritárias, PSOE e PP, a primeira das quais perde a maioria absoluta e vê-se obrigada a buscar apoios parlamentares para garantir a governabilidade, enquanto o PP inicia um avanço espectacular.

1. *1977 e 1979: un sistema de pluralismo limitado e moderado.* Após as eleições de 15 de Junho de 1977 acabava o sistema de partido único, sendo o voto maioritário dos Espanhóis uma aposta decidida a favor da *mudança e da democracia*. Nos tempos que se seguiram às eleições existia um *pluripartidarismo excesivo*. Apresentou-se um total de 4537 candidatos (579 candidaturas) para cobrir os 350 lugares do Congresso e 937 para os 207 do Senado¹⁰⁰.

A batalha eleitoral foi muito intensa e constituiu «el primer acontecimiento colectivo, de masas, visible, que ha remachado en la conciencia de los españoles la idea de que el sistema franquista estaba definitivamente acabado en España»¹⁰¹. A participação foi de 78,83%¹⁰², sendo estas eleições, das analisadas, as segundas quanto a participação. Este facto deve ser tido em conta, dentro do contexto geral de todas as consultas havidas, como um claro apoio ao próprio sistema democrático¹⁰³.

As previsões dos resultados eram muito incertas devido ao tempo decorrido desde as anteriores. Os estudos do período pré-eleitoral, que procuravam identificar as tendências políticas dos espanhóis, mostravam que as opiniões estavam pouco formadas, se bem que deixassem claro que o conjunto da sociedade «prefiere el *orden* a la libertad, aunque quiere las dos cosas; incluso prefiere la *igualdad* a la libertad (sobre todo a medida que se descende de *status* económico), aunque también quisiera las dos cosas; pero que no desea en absoluto la revolución, si va a ser a costa de la *libertad*»¹⁰⁴.

Relativamente à autoqualificação política¹⁰⁵ a pontuação média para toda a Espanha era de 5,5¹⁰⁶. Esta qualificação é a situada mais à direita de todas as eleições havidas até à data, sendo semelhante à da Alemanha, Bélgica e Luxemburgo e bastante menos radicalizada do que a da Itália. Nos extremos existia uma certa moderação.

¹⁰⁰ M. Caciagli, *Elecciones...*, cit., p. 51.

¹⁰¹ F. Prieto, «La elezioni politiche in Spagna», in *Aggiornamenti sociali*, Julho-Agosto de 1977, p. 447.

¹⁰² Dados de Ministerio del Interior, *Elecciones a Cortes Generales. 1993*, colección «Documentos Electorales», 3, Madrid, 1993, p. xviii.

¹⁰³ J. M.ª Aatorkia, «Evolución de la abstención electoral en España: 1976-1991», in P. del Castillo (ed.), *Comportamiento...*, cit., p. 10.

¹⁰⁴ Fundación Foessa, *Informe...*, cit., p. 151.

¹⁰⁵ A dimensão esquerda-direita, numa escala que vai de 1 a 10, sendo 1 a extrema-esquerda e 10 a extrema-direita.

¹⁰⁶ Fundación Foessa, *Informe...*, cit., p. 161.

As tendências políticas reflectiam uma clara rejeição (nunca votariam neles) dos «revolucionários» (66%), «comunistas» (63%), «continuadores de Franco» (44%) e daquelas «famílias» que tinham sido mais activas durante a ditadura de Franco (Falange, com 42%, e carlistas, com 34%). As preferências dirigiam-se para a democracia cristã, com 16%, seguida dos socialistas, com 15%, e da social-democracia, com 13%. Tanto a UCD como o PSOE (democracia cristã e social-democracia) aglutinavam no seu seio essas tendências e foram os triunfadores das eleições.

Os líderes políticos eram, em geral, reconhecidos e apreciados positivamente por esta ordem: Adolfo Suárez, Felipe González, Santiago Carrillo e Manuel Fraga¹⁰⁷, ordem que coincide com os resultados eleitorais. Este dado é de grande importância, pois a liderança é um factor decisivo, especialmente quando existe falta de cultura democrática.

Os resultados eleitorais, apesar do elevado número de candidaturas, reflectiram uma alta concentração de votos em dois partidos (UCD e PSOE), os quais obtiveram 63,9% dos mesmos, o que significava 81,8% dos deputados. O êxito da UCD e do PSOE foi claro. A UCD situou-se a nove deputados da maioria absoluta, embora a maioria relativa lhe permitisse governar. Quanto ao PSOE, converteu-se no principal protagonista da oposição e na alternativa ao governo centrista.

**Porcentagem de votos e número de deputados nas eleições
para o Congresso de Deputados, Espanha, 1977**

[QUADRO N.º 1]

Partidos	Porcentagem de votos	Mandatos	Porcentagem de mandatos
PCE (a)	9,4	20	5,7
PSOE (b)	29,3	118	33,7
UCD	34,6	166	47,4
AP	8,8	16	4,6
PNV	1,7	8	2,3
PDC	2,8	11	3,1
Outros	13,4	(c) 11	3,1
<i>Total</i>	100	350	100

Fonte: M. Martínez Cuadrado, *El Sistema Político Español (1975-1979) y el Comportamiento Electoral Regional en el Sur de Europa (1976-1980)*, Instituto de Cooperación Internacional, Madrid, 1980, p. 104.

Notas: (a) os resultados incluem os do PSUC; (b) os resultados incluem os do PSC; (c) obtiveram mandatos PSP/US (4,5% dos votos e 6 deputados), UCDCC (0,9% e 2), EC (0,8% e 1), EE (0,3% e 1) e CAIC (0,2% e 1).

Junto a ambas as formações, encontravam-se à esquerda do PSOE os comunistas, que tiveram um resultado menor do que o esperado, que não compensou eleitoralmente o seu protagonismo na oposição à ditadura. A direcção do PCE atribuiu os maus resultados a uma suposta «reprobación militar»¹⁰⁸, afirmação um tanto confusa e autodesculpabilizante. Três razões explicam o referido resultado: (1) o anticomunismo acumulado pela ditadura durante tantos anos (veja-se o que antes afirmámos sobre a alta percentagem de rejeição que tinha essa ideologia); (2) a incapacidade da direcção para levar a cabo uma substituição geracional da mesma, vinculando o eleitorado essa direcção com o passado que tentava esquecer; (3) o preço da colaboração com o processo de transição, que o fez aparecer como uma opção mais fraca do que o PSOE, na sua tentativa de ocupar o espaço da esquerda. É conveniente assinalar, neste aspecto, que o maior contributo para o processo de transição realizado pelo PCE, isto é, a sua atitude conciliadora e negociadora, constituiu, de um ponto de vista partidário, uma debilidade aos olhos do eleitorado de esquerda.

A direita conservadora, representada pela AP, teve maus resultados devido, como já dissemos, à relação que o eleitorado estabelecia entre a mesma e o franquismo. Esses resultados originaram fortes tensões internas.

Os nacionalistas moderados catalães apresentaram-se numa coligação denominada *Pacte Democratic per Catalunya* e obtiveram pouco mais de meio milhão de votos e 11 deputados. Este resultado foi também inferior ao esperado, sobretudo em Barcelona, onde se situaram como a terceira força política, atrás da esquerda (PSOE e PCE-PSUC), embora à frente da UCD. Nas outras províncias melhoraram os resultados de Barcelona. O nacionalismo radical (*Esquerra de Catalunya*) conseguiu um mandato por Barcelona, o que deu mais peso à opção nacionalista. Os resultados evidenciaram que o catalanismo apostava numa opção moderada.

No País Basco o *Partido Nacionalista Vasco* também não ficou satisfeito com os resultados obtidos, embora fosse a força mais apoiada em Vizcaya e tivesse o mesmo número de deputados que o PSOE em Guipúzcoa. À esquerda do PNV, e na área nacionalista, situou-se a *Euskadiko Ezquerria*, com um deputado, representando esta opção o nacionalismo radical.

Os seis partidos e coligações eleitorais mais votados (UCD, PSOE, PCE-PSUC, AP, PDC e PNV) configuravam o sistema de partidos, no qual apareciam duas grandes organizações de âmbito nacional, duas pequenas formações do mesmo carácter no extremo de cada uma das grandes e dois partidos nacionalistas influentes nos respectivos territórios.

O resultado das eleições originou uma clarificação das opções políticas que integravam o sistema, ao reduzir-se sensivelmente o número de partidos e suavizarem-se as diferenças ideológicas. Assistiu-se igualmente, excepto no

¹⁰⁸ S. Carrillo, *Memorias*, Planeta, Barcelona, 1993, p. 660.

País Basco, à coincidência dos programas dos partidos nacionais e regionais devido à assunção pelos primeiros das reivindicações autonómicas. O sistema de partidos resultante é de *pluralismo limitado e moderado*, ou, como um autor afirmou, de *pluripartidarismo limitado e não excessivamente polarizado*¹⁰⁹. As razões desta definição estão, por um lado, numa clara selecção dos partidos que «contam», reduzindo-se o seu número a seis e não sendo nenhum *anti-sistema*, e, por outro, numa crescente moderação ideológica.

A nossa argumentação não é partilhada por outros autores que pensam que nos encontramos num *bipartidarismo hegemónico*¹¹⁰, ou então num *pluralismo polarizado*¹¹¹, ou, pelo contrário, num *multipartidarismo polarizado*¹¹², ou, por último, num *pluralismo segmentado*¹¹³.

Para explicarmos a nossa tese devemos esclarecer que o *pluralismo limitado e moderado* possui uma fronteira delimitada pelo sistema bipartidista e pelo pluralismo extremo e polarizado¹¹⁴. O número de partidos que «contam» está entre três e cinco, segundo Sartori, mas não parece que invalide a nossa afirmação o facto de serem seis. O próprio Sartori estabelece como traço principal distintivo do pluralismo moderado o da existência de governos de coligação, facto que não se dá em Espanha depois das eleições de 1977, ainda que também seja verdade que a UCD teve de recorrer aos restantes partidos pequenos para poder conseguir aprovar os seus projectos legislativos.

Sartori admite que os «gobiernos minoritarios de un solo partido son — en el contexto del pluralismo limitado y moderado — gobiernos 'débiles', aunque pueden ser duraderos»¹¹⁵, facto este que se confirma plenamente no caso da UCD, não tanto na legislatura iniciada em 1977, mas depois do triunfo eleitoral de Março de 1979.

Há que ter presente que a etapa iniciada em 1977 possui um contexto histórico concreto, a transição, que permitirá ao governo, através do *consenso*, a aprovação por uma ampla maioria da Constituição, de um programa económico que enfrente a crise e de medidas de reformas estruturais (*pactos da Moncloa*, Outubro de 1977). Uma situação totalmente diferente dar-se-á no início da consolidação democrática, com as eleições de 1979, quando a luta partidária, os reveses eleitorais da UCD e a conflitualidade social contribuirão para a debilidade do governo e a subida do PSOE. Portanto, é possível a mesma caracterização para as duas etapas que formam este período, ainda que na primeira exista força governamental, devido ao consenso, e na segunda debilidade, uma vez que ele próprio desaparece.

¹⁰⁹ M. Ramírez, *El Sistema...*, cit., p. 84.

¹¹⁰ M. Matfnez Cuadrado, *El Sistema...*, cit., p. 77.

¹¹¹ J. M.^a Maravall, *La Política...*, cit., p. 38.

¹¹² J. J. Linz, «The new...», *op. cit.*

¹¹³ J. J. Linz, «Il sistema politico spagnolo», in *Rivista italiana de scienza politica*, 3, Dezembro de 1978, p. 374.

¹¹⁴ G. Sartori, *Partidos...*, cit., p. 217.

¹¹⁵ Id., *ibid.*, p. 223.

O *pluralismo moderado* caracteriza-se por: (1) uma distinção ideológica relativamente pequena entre os partidos; (2) uma configuração de coligação bipolar; (3) uma competição centrípeta¹¹⁶. Estas características são evidentes no sistema de partidos espanhol entre 1977 e 1982.

Por que não acreditamos que exista um *pluralismo polarizado*: (1) não existe nenhum *partido anti-sistema* importante, sendo essa uma das características básicas da referida definição; (2) não se dão, pelo menos durante a legislatura constituinte, *oposições bilaterais*, isto é, forças incompatíveis que se excluem mutuamente, como é evidente na política de consenso; (3) não há um partido na posição central do sistema (como sucedeu com a democracia cristã em Itália), pois tanto a UCD como o PSOE poderiam ocupar essa posição; (4) é precisamente a anterior situação que facilita a não polarização, já que a UCD e o PSOE competem, uma vez consolidado o seu próprio espaço político, pelo centro, onde se auto-situa a maior parte dos espanhóis. Isso obriga ambos os partidos, embora em maior medida o PSOE, a um progressivo abandono das suas marcas de identificação ideológicas, tendendo a converter-se em partido «agarrar-tudo»; (5) a oposição é responsável, não irresponsável, como acontece no sistema de partidos polarizados; (6) não se deu a «política de superoferta»¹¹⁷, com excepção, de certa forma, das eleições de 1982.

Por outro lado, consideramos que, quando Linz fala de *pluralismo segmentado*, de sociedades pliétnicas e/ou multiconfessionais, antecipa-se aos acontecimentos, sendo essa caracterização mais aceitável após as eleições de 1993.

Uma vez aprovada a Constituição pelo povo espanhol¹¹⁸, procedeu-se à dissolução das câmaras e à convocatória de eleições gerais para 1 de Março de 1979.

Por essa altura tinha-se dado um deslocamento para a esquerda no posicionamento do eleitorado espanhol, situando-se a média em 4,8, contra 5,5 em 1977; há que assinalar que esse deslocamento não teve reflexo no resultado das eleições.

A campanha eleitoral, iniciada em 7 de Fevereiro, foi inexpressiva, sem o clima de expectativa suscitado pela anterior. Tinha-se dado no eleitorado um crescente «desencanto», pelo que o objectivo dos partidos se centrou mais em mobilizar o seu eleitorado do que em grandes propostas programáticas¹¹⁹. A campanha foi marcada por uma crescente onda de greves e pelas acções

¹¹⁶ Id., *ibid.*, p. 225.

¹¹⁷ Id., *ibid.*, p. 175.

¹¹⁸ No referendo votaram 67,1% dos eleitores, dos quais 87,9% o fizeram afirmativamente, e 7,8% contra. Os resultados foram publicados no *BOE*, 352, 22 de diciembre 1978, p. 28 934.

¹¹⁹ Nas palavras de Julio Feo, que realizou toda a campanha eleitoral junto de Felipe González, «fue una campaña triste y dura», in J. Feo, *Aquellos Años*, Ediciones B, Barcelona, 1993, p. 85.

terroristas dos separatistas bascos (ETA). A UCD fez um uso abusivo dos meios de comunicação públicos¹²⁰. Os socialistas apresentaram-se unidos e com a esperança de ganharem as eleições, mas não puderam resistir à influência da liderança de Adolfo Suárez, que se apresentava como o principal protagonista da transição política, rentabilizando eleitoralmente o seu destacado papel.

Este clima favoreceu o aumento da abstenção (31,98%), que foi até à data a mais alta das registadas neste tipo de eleições.

Os resultados não implicaram qualquer mudança significativa relativamente aos de 1977. A UCD obteve maioria relativa (35% dos votos, 48,6% dos deputados), com um ligeiro aumento em relação à anterior consulta. O PSOE consolidou-se como principal partido da oposição (30,5% dos votos e 34,6% dos deputados), também com um pequeno aumento. O PCE cresceu levemente, enquanto a CD (AP nas anteriores eleições) perdeu mais de dois pontos percentuais de votos e 7 deputados, fruto da sua atitude titubeante face ao projecto de constituição. Os nacionalistas moderados (CiU e PNV) sofreram uma tímida perda de votos e de deputados. Entre os pequenos partidos verificou-se uma crescente radicalização, com a obtenção de um deputado pela extrema-direita (UN) e 3 do nacionalismo separatista basco (HB), ao mesmo tempo que se deu o aparecimento, com maior ou menor força, de diferentes partidos regionalistas (PSA, PAR, UPN...).

**Percentagem de votos e número de deputados nas eleições
para o Congresso de Deputados, Espanha, 1979**

[QUADRO N.º 2]

Partidos	Percentagem de votos	Mandatos	Percentagem de mandatos
PCE (a)	10,8	23	6,6
PSOE	30,5	121	34,6
UCD	35,0	168	48,6
CD (b)	6,1	9	2,6
PNV	1,5	7	2,0
CiU (c)	2,7	8	2,2
Outros	13,4	(d) 14	4,0
<i>Total</i>	100	350	100

Fonte: P. Perez Tremps, «Resultados totales a nivel nacional», in J. de Esteban e L. López Guerra (eds.), *Las Elecciones Legislativas del 1 de Marzo de 1979*, CIS, Madrid, 1979, pp. 293-330.

Notas: (a) os resultados incluem os do PSUC; (b) em 1977 apresentou-se como AP; (c) em 1977 apresentou-se como PDC; (d) obtiveram mandatos UN (2,1% e 1), HB (1% e 3), EE (0,5% e 1), UPN (0,2% e 1), ERC (0,7% e 1), PSA (1,8% e 5), PAR (0,2% e 1) e UPC (0,3% e 1).

¹²⁰ V. nota 8 da p. 129 do livro de M. Caciagli, *Elecciones...*, cit.

Os dois grandes partidos (UCD e PSOE) conseguiram, no conjunto, 65,5% dos votos e 83,2% dos mandatos, mais dois pontos do que em 1977.

O sistema de partidos não variou, como pode ver-se com os resultados das eleições de 1979. Depois das mesmas vão realizar-se outras consultas eleitorais até Outubro de 1982¹²¹, que introduziram alterações profundas no comportamento eleitoral no sentido da progressiva retirada da confiança na UCD.

As eleições municipais de 1979 foram as primeiras que mostraram uma mudança de tendência, embora a sua apreciação nalguns casos seja difícil, devido a produzir-se uma maior fragmentação do voto pela própria natureza das referidas eleições. De qualquer modo, os partidos de âmbito estatal conseguem por volta de 70% de apoio. Os autarcas de partidos ou agrupamentos «independentes» locais foram cerca de 17 000. Este número tem vindo a diminuir desde então e em 1991 foram apenas 5600¹²². Também se verificou nestas eleições uma menor participação relativamente às gerais, facto que se repetiu nas eleições locais seguintes (1983).

A UCD foi a força que teve maior número de votos, se bem que a diferença para o PSOE se tenha reduzido em relação às eleições gerais realizadas um mês antes. Conseguiu, igualmente, uma percentagem de autarcas e autarquias muito superior à de votos (19,3% de votos deram-lhe 43,2% dos autarcas e 49,4% dos *alcaldes*¹²³), devido a uma maior implantação nas zonas rurais.

O PSOE não só conseguiu uma aproximação à UCD, como também, graças a um acordo pós-eleitoral com o PCE, apoderar-se das autarquias das cidades mais importantes e povoadas (Madrid, Barcelona, Valência, Sevilha...). Este facto significativo constituiu para o PSOE uma magnífica plataforma eleitoral e política: a melhoria da gestão das autarquias demonstrou aos cidadãos a capacidade dos socialistas para a acção de governo.

As eleições autonómicas de 1980 mostraram de maneira clara a descida da UCD. No País Basco triunfou o PNV (38,1%), em segundo lugar e a grande distância situou-se o PSOE (14,2%), a terceira e quarta forças políticas representavam o nacionalismo radical (HB, com 16,6%, e EE, com 9,8%) e em quinto lugar aparecia a UCD, com apenas 8,5% dos votos. É importante assinalar que, em conjunto, as candidaturas nacionalistas obtiveram mais do dobro dos votos do que as não nacionalistas¹²⁴.

¹²¹ Eleições municipais (3 de Abril de 1979); eleições autonómicas no País Basco (9 de Março de 1980), na Catalunha (20 de Março de 1980), na Galiza (20 de Outubro de 1981) e na Andaluzia (23 de Maio de 1982); referendos autonómicos na Andaluzia (28 de Fevereiro de 1980) e no País Basco e na Catalunha (25 de Outubro de 1979).

¹²² J. M. Vallés e J. Sánchez, «Las elecciones municipales en España entre 1979 y 1991: balance provisional», in P. del Castillo (ed.), *Comportamiento...*, cit., p. 368. Quando se fez este estudo, realizaram-se novas eleições municipais; embora não contemos ainda com os dados do número de independentes, parece que a tendência continua.

¹²³ Id., *ibid.*, p. 375.

¹²⁴ J. Corcuera, «Sistema de partidos en el País Vasco», in *Estudios...*, cit., p. 1023.

As primeiras eleições autonómicas na Catalunha (1980) «se realizaron sobre una fuerte presión ideológica de la patronal y de los sectores conservadores catalanes para evitar una victoria de la izquierda»¹²⁵. A inesperada vitória da coligação nacionalista (CiU) sobre o PSC (socialistas catalães) significou para a primeira a utilização de numerosos recursos institucionais para reforçar a sua imagem e consolidar-se no poder. Os *Centristas de Cataluña* (versão catalã da UCD) situaram-se como quarta força política, atrás dos nacionalistas e da esquerda.

Na Galiza a vitória correspondeu à AP, que nas eleições gerais de 1977 e 1979 tinha ficado nessa região atrás da UCD e do Partido Socialista Galego. A mudança deveu-se à crescente debilidade da UCD, a qual vinha perdendo, inclusive, os apoios económicos que até então lhe tinha dado o patronato (CEOE). Dentro do subsistema eleitoral galego, o bloco de centro-direita (UCD + AP) obteve 57,56% dos votos, a esquerda (PS de G-PSOE + PCG) 22,26% e os nacionalistas (BNPG-PSG + EG + PG) 12,73%¹²⁶. O interessante do resultado destas eleições está em que pela primeira vez a UCD foi superada por um partido de direita de âmbito estatal. É igualmente significativo o escasso peso dos nacionalistas na Galiza.

Por último, na Andaluzia o triunfo dos socialistas foi total, conseguindo mais de metade dos votos (52,7%). A AP ultrapassou também nesta região a UCD (17,1% contra 13,1%).

As conclusões que se tiram destas quatro consultas eleitorais de âmbito autonómico são as seguintes: (1) progressivo afundamento da UCD, ultrapassada tanto pelos nacionalistas como pela esquerda e pela direita; (2) existência de subsistemas eleitorais nas denominadas *comunidades históricas* (País Basco, Catalunha e Galiza); (3) anúncio do futuro mapa eleitoral (primárias) estabelecido nas eleições andaluzas, onde o PSOE se converte no partido predominante e a AP no segundo em importância.

A mudança no sistema de partidos estava próxima, mudança que se viu favorecida pela demissão de Adolfo Suárez (Janeiro de 1981), pela tentativa de golpe de estado de 23 de Fevereiro de 1981, pela crescente direitização do governo presidido por Calvo Sotelo e pela desintegração da UCD, com a saída do sector democrata-cristão para a AP e do próprio Suárez, que funda um pequeno partido, o *Centro Democrático y Social*.

2. 1982, 1986 e 1989: um sistema de partido predominante. O afundamento da UCD é o elemento mais surpreendente, ainda que anunciado, das

¹²⁵ F. Pallarés e J. Font, «Las elecciones autonómicas en Cataluña (1980-1992)», in P. del Castillo (ed.), *Comportamientos...*, cit., p. 225.

¹²⁶ R. L. Blanco, R. Maiz e J. A. Portero, *Las Elecciones en Galicia*, Ediciones Nos, Corunha, 1982, pp. 143-147.

eleições de 1982, juntamente com o triunfo avassalador do PSOE e a descida da AP. A UCD, que tinha sido capaz de fazer frente ao difícil processo de transição, mostrou-se incapaz de levar a cabo uma política de partido, por causa dos conflitos internos, tanto de carácter ideológico como pessoal¹²⁷.

As hipóteses sobre a mudança do sistema de partidos poderiam ser três: (1) o afundamento da UCD, assim como a subida socialista e da AP, são consequência de uma crescente polarização do eleitorado; (2) a crise de liderança da UCD, unida às suas disputas internas, correu paralela ao reforço da liderança de Felipe González; (3) a crescente deterioração da economia espanhola¹²⁸.

As três hipóteses mencionadas influíram nos resultados eleitorais, mas, sem margem para dúvidas, a mais decisiva é a que deriva da imagem dos líderes e da reacção do eleitorado «contra algunos aspectos del comportamiento de la élite de UCD»¹²⁹. Este facto confirma a tese por nós mantida para a etapa anteriormente analisada, no sentido de que a liderança de Adolfo Suárez foi decisiva para o triunfo da UCD¹³⁰ em 1977 e 1979. Do mesmo modo, a liderança de Felipe González, que tinha conseguido a auréola de «honesto, no partidista, por encima de las intrigas, hombre preparado, hombre de Estado, hombre del Rey»¹³¹, produzia os mesmos efeitos a favor do PSOE.

A nível global não se tinha dado um deslocamento do eleitorado para a esquerda, já que a média para toda a Espanha era de 4,8, isto é, a mesma que em 1979. Não obstante, se analisarmos os dados por grupos ideológicos, vemos que a extrema-esquerda desce um ponto (10%), a esquerda sobe 5 pontos (36%), o centro perde 10 pontos (32%), a direita aumenta 7 (18%) e a extrema-direita desce um (3%). Isto implicava que uma parte do eleitorado de centro se tinha deslocado para o PSOE, que passava a ocupar o espaço de centro-esquerda. O mesmo acontecia com a direita, onde uma parte do eleitorado de centro, ante o temor de uma vitória socialista, optava pela AP-PDP, ficando o centro-centro praticamente órfão, com uma UCD em decomposição e um pequeno partido encabeçado por Suárez (CDS).

¹²⁷ Acertadamente, J. Tusell salientou que foram «la frivolidad y la inconsciencia empleadas en las disputas internas las que liquidaron la Unión de Centro Democrático como partido», (*La Transición Española a la Democracia*, Historia 16, Madrid, 1991, p. 149).

¹²⁸ R. Gunther, «El realinamiento del sistema de partidos en 1982», in J. J. Linz e J. R. Montero (eds.), *Crisis y Cambio...*, cit., pp. 28 e 29.

¹²⁹ Id., *ibid.*, p. 69.

¹³⁰ Em 1979 «las encuestas daban superioridad al PSOE sobre la UCD, pero, sin embargo, los datos de preferencia para presidente del Gobierno eran favorables a Adolfo Suárez sobre Felipe González. No lo hizo nadie, pero si se hubiesen sumado los dos datos, la UCD/Suárez quedaba por delante del PSOE/González, con lo que hubieran acertado el resultado electoral» (J. Feo, *Aquellos...*, cit., pp. 90 e 91).

¹³¹ *Cambio* 16, 4 de Outubro de 1982.

A campanha, ao contrário de 1979, foi muito activa, sobretudo por parte do PSOE, que conseguiu que o seu lema eleitoral «Por el cambio» fosse o eixo central de todos os debates. Além disso, o PSOE apresentava-se com uma imagem ética limpa e «un programa político ecuaníme, que se balanceó entre el progresismo propio de su ideario y la moderación de los públicos votantes que no iban a darle su apoyo a UCD»¹³². A isso deve acrescentar-se que durante o mês de Outubro apareceram de novo notícias sobre uma intentona golpista¹³³, que desta vez não tirou apoios ao PSOE, antes teve o efeito contrário ao desejado pelos golpistas.

Como nos grandes momentos da democracia recém-alcançada (referendo para a reforma política e eleições de 1977), o eleitorado ocorreu de forma massiva às urnas. A participação atingiu 79,78%, a mais alta até à data em qualquer consulta eleitoral em Espanha, o que teve um efeito de relegitimação do sistema democrático¹³⁴.

Os resultados não deixaram lugar a dúvidas, o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) triunfou de forma rotunda, com uma maioria de votos de 48,4% (contra 29,3% em 1977 e 30,5% em 1979), obtendo 202 deputados (57,7%) dos 350 em disputa no Congresso de Deputados e 141 dos 208 senadores. O êxito deveu-se, entre outros factores, a que o PSOE «fue el único de entre los principales partidos españoles que manifestó de forma convincente la combinación entre la Unidad indispensable *ad extra*, el liderazgo y la capacidad de concluir acuerdos y pactos realistas»¹³⁵.

Em segundo lugar ficou a AP-PDP, com 26,5% dos votos e 106 deputados (30,3%). Ambas as formações alcançaram em conjunto 74,9% dos votos e 83,3% dos mandatos, isto é, incrementou-se a concentração tanto em votos como em deputados nos dois primeiros partidos. De qualquer modo, realmente significativo foi o facto de o PSOE poder governar sozinho, sem necessidade de qualquer apoio parlamentar.

O afundamento da UCD foi claro: de 35% dos votos de 1979 passou para 6,5%. O PCE sofreu também uma importante derrocada, descendo dos 10,8% de votos em 1979 para os 4%. Os partidos nacionalistas mantiveram a tendência para a descida.

¹³² J. L. Arceo (dir.), *Campañas Electorales y Publicidad Política en España (1976-1991)*, ESRP-PPU, Barcelona, 1993, p. 71.

¹³³ «Según se desprende del informe ocupado a los militares detenidos, setenta comandos deberían ocupar Madrid, y tras la lectura de un bando por RTVE a las diez de la mañana del día 27, las Capitanías Generales caerían en manos de los golpistas» (*Diario 16*, 8 de Outubro de 1982).

¹³⁴ Para J. R. Montero, os principais factores que incidiram no crescimento da participação eleitoral foram os seguintes: (1) o novo censo eleitoral; (2) os processos de realinhamento político; (3) a afirmação da democracia; (4) a competição partidária e a alternância no governo; (5) o voto juvenil [«La vuelta a las urnas: participación, movilización y abstención», in J. J. Linz e J. R. Montero (eds.), *Crisis y Cambio...*, cit., pp. 98-110].

¹³⁵ H. J. Puhle, «El PSOE: un partido predominante y heterogéneo», *ibid.*, p. 290.

Percentagem de votos e número de deputados nas eleições
para o Congresso de Deputados, Espanha, 1982

[QUADRO N.º 3]

Partidos	Percentagem de votos	Mandatos	Percentagem de mandatos
PCE (a)	4,0	4	0,8
PSOE	48,4	202	57,7
UCD	6,5	12	3,4
CDS	2,9	2	0,6
AP (b)	26,5	106	30,3
PNV	1,9	8	2,3
CiU	3,7	12	3,4
Outros	6,1	(c) 4	1,5
<i>Total</i>	100	350	100

Fonte: Junta Electoral Central, *Elecciones Generales de 28 de Octubre de 1982. Actas de Escrutinio General*, Cortes Generales, Madrid, 1982.

Notas: (a) os resultados incluem os do PSUC; (b) apresentou-se em coligação com o PDP; no País Basco fê-lo também com a UCD e o PDL e em Navarra com a UPN; (c) obtiveram mandatos HB (1% dos votos e 2 deputados), ERC (0,7% e 1) e EE (0,5% e 1).

O PSOE, com os seus antigos votantes, aos quais se uniram em primeiro lugar antigos eleitores da UCD, seguidos daqueles que se abstiveram em 1979, dos novos votantes e, por último, dos procedentes do PCE-PSUC¹³⁶.

O sistema de partidos ficou substancialmente alterado. Deu-se uma simplificação do mesmo e ao mesmo tempo um aumento do nível de polarização entre os dois primeiros partidos, ao ser maior a distância ideológica que os separava. Devemos assinalar o importante espaço entre o primeiro e o segundo partido de âmbito nacional, superior a 20 pontos percentuais, distância que nunca tinha havido antes entre a UCD e o PSOE.

Em nossa opinião, estes resultados, e os que vai haver nas eleições gerais de 1986 e 1989, definem o sistema de partidos em Espanha até às eleições de 1993 como um *sistema de partido predominante*. Os elementos que configuram o mesmo são: (1) uma distância de, pelo menos, 10 pontos percentuais para o segundo partido¹³⁷; (2) a consecução da maioria durante, pelo menos, três legislaturas; (3) a manutenção do sistema competitivo dos partidos, ao existirem oportunidades de desacordo aberto e actuante, isto é, para opor-se ao domínio do partido governante. A redução paulatina da distância entre o PSOE e o segundo dos partidos (AP-PDP: CP e PP, respectivamente) deve-

¹³⁶ Id., *ibid.*, p. 294, tabela 8.1.

¹³⁷ Em 1982 a distância entre o PSOE e o segundo partido foi de 21,9%; em 1986 a distância foi de 18,3%; por último, em 1989 foi de 14%.

-se à queda do primeiro, e não ao aumento do segundo, que nas três eleições mantém as mesmas percentagens.

Percentagem de votos e número de deputados nas eleições para o Congresso de Deputados, Espanha, 1986 e 1989

[QUADRO N.º 4]

Partidos	1986			1989		
	Percentagem de votos	Mandatos	Percentagem de mandatos	Percentagem de votos	Mandatos	Percentagem de mandatos
IU (a)	4,5	7	2,0	9,1	17	4,8
PSOE	44,6	184	52,6	39,9	175	50,0
CDS	9,2	19	5,4	7,9	14	4,0
PP (b)	26,3	105	30,0	25,9	107	30,6
PNV	1,6	6	1,7	1,2	5	1,4
CiU	5,1	18	5,1	5,1	18	5,1
Outros	8,7	(c) 11	3,2	11,0	(d) 14	4,1
<i>Total</i>	100	350	100	100	350	100

Fonte: Junta Electoral Central, *Elecciones Generales (22 de Junio de 1986)*, Cortes Generales, Madrid, 1990, e Ministerio del Interior, *Elecciones a Cortes Generales. 1989*, «Documentos electorales», 1, Madrid, 1991.

Notas: (a) é uma coligação eleitoral que tem como núcleo principal o PCE. Em 1986 inclui os resultados da UEC e os da IC em 1989; (b) em 1986 apresentou-se como CP, à qual se uniu a UPN em Navarra. em 1989 voltou a coligar-se com a UPN em Navarra; (c) conseguiram deputados HB (1,1% e 5), EE (0,5% e 2), CG (0,4% e 1), PAR (0,4% e 1), AIC (0,3% e 1) e UV (0,3% e 1); (d) elegeram deputados HB (1,1% e 4), PA (1% e 2), UV (0,7% e 2), EA (0,7% e 2), EE (0,5% e 2), PAR (0,3% e 1) e AIC (0,3% e 1).

Tanto em 1986 como em 1989 o PSOE revalidou a maioria absoluta. Os herdeiros do centro (CDS) foram aumentando o seu peso, baseados num discurso radical e na liderança de Adolfo Suárez, mas a sua vacilante política de alianças levou-os a maus resultados nas eleições municipais de 1991, o que provocou a demissão de Suárez e o posterior desaparecimento do CDS.

Os comunistas, como já se viu, reorganizaram-se, formando uma coligação eleitoral, *Izquierda Unida*, constituída em 29 de Abril de 1986 e controlada pelo PCE. Integraram-se nela antigos socialistas e personalidades independentes. O seu crescimento, lento mas contínuo, deve-se à crescente desilusão da política do PSOE em sectores tradicionalmente de esquerda, que em 1982 tinham apostado «pela mudança». A origem da coligação encontra-se na plataforma formada pelos partidários da saída da Espanha da NATO.

O predomínio do PSOE entre 1982 e 1993 foi claro tanto nas eleições gerais como nas europeias (as primeiras delas realizadas simultaneamente com as autonómicas e as municipais em 10 de Junho de 1987 e as segundas em

15 de Junho de 1989), nas autonómicas e nas municipais. Mas vejamos cada uma delas.

As eleições para o Parlamento Europeu têm para a nossa investigação o interesse de que, ao existir um único círculo nacional, mostram o nível de aceitação dos partidos. A participação costuma ser inferior à de outras consultas eleitorais, embora em 1987, por coincidirem com eleições locais e autonómicas, não tenha sucedido assim. No entanto, em 1989 realizaram-se isoladamente e a abstenção atingiu os 45,4%. Em ambas as ocasiões triunfou o PSOE (39,4% dos votos em 1987 e 39,5% em 1989). Quanto à direita conservadora, foi incapaz de manter a percentagem de votantes relativamente às gerais, obtendo o segundo lugar a grande distância do PSOE (em 1987 o PSOE superou-a em 14,5% e em 1989 em 18,1%). Há que referir, a este propósito, que por essa altura o PP estava a sofrer uma importante crise que, uma vez terminada, lhe serviu para iniciar a recuperação. Os resultados dos outros partidos e coligações foram pouco significativos e não alteraram o mapa eleitoral. De qualquer modo, insistimos em destacar o nítido predomínio do PSOE.

As autonómicas decorreram de modo semelhante. Em 1993 (8 de Maio) o PSOE conseguiu onze das treze presidências de comunidades autónomas em disputa. A elas há que acrescentar a Andaluzia, conseguida no ano anterior com maioria absoluta. Só escapavam ao seu controle político cinco regiões: Catalunha, País Basco, Galiza, Baleares e Cantábria. Nas eleições locais realizadas na mesma data a vitória do PSOE foi também esmagadora.

Em 1987 os resultados, tanto nas municipais como nas autonómicas, foram muito positivos para o Partido Socialista. A partir desse momento dá-se uma progressiva, embora lenta, deterioração do PSOE nalgumas comunidades autónomas e autarquias, mantendo, contudo, o seu predomínio pelo menos até 1991, ano em que o aparecimento dos primeiros escândalos políticos (corrupção) acarretou a perda de Sevilha, Valência e Madrid. Nesta última capital, em 1989, foi afastado da câmara por uma moção de censura apresentada conjuntamente pelo PP e pelo CDS, que serviu ao primeiro para conseguir nas eleições seguintes uma vitória por maioria absoluta e ao segundo para desaparecer.

Neste período (1982-1993), e sintetizando, deu-se a consolidação do sistema democrático, a simplificação do sistema de partidos e o predomínio do PSOE, ao mesmo tempo que uma aposta decidida, tanto do PSOE como do PP por converterem-se em *partidos de eleitores*.

Por último, convém analisar dois factos de grande interesse que mostram, por um lado, o predomínio do PSOE e, por outro, o aparecimento de um crescente descontentamento social com a acção do governo socialista. Em primeiro lugar, comentaremos o referendo sobre a permanência da Espanha na NATO. O PSOE tinha-se mostrado beligerante contra a entrada da Espanha

na Aliança Atlântica de forma reiterada. Logo que viu a possibilidade de alcançar o poder, começou a utilizar uma linguagem um tanto «ambígua»¹³⁸, embora perante a opinião pública continuasse a mostrar-se defensor da retirada da Aliança. Em 23 de Outubro de 1984 Felipe González formalizou perante o Congresso de Deputados o «decálogo» sobre política exterior no qual se comprometia a convocar um referendo sobre a permanência na NATO, ao mesmo tempo que se posicionava a favor do *sim*, com três condições: (1) a Espanha não se vincularia à estrutura militar integrada; (2) manter-se-ia a proibição de instalar, armazenar ou introduzir armas nucleares em território espanhol; (3) negociar-se-ia com os Estados Unidos a redução da sua presença militar em Espanha.

O resultado do referendo (12 de Março de 1986) constituiu um triunfo pessoal do próprio Felipe González, que, graças ao seu carisma, deu a volta às sondagens, apesar de enfrentar sozinho a incerta postura da AP (que, surpreendentemente, defendia a abstenção) e os partidários do *não*, situados à esquerda. Dos 29 milhões de eleitores, participaram no referendo pouco mais de 17 milhões (59,4%), sendo 9 milhões os votos afirmativos (42,5%) e sete os negativos (39,8%). A importância do referendo sobre a NATO para o estudo do sistema de partidos radica em três questões: (1) a liderança indiscutível de Felipe González na sociedade espanhola; (2) a crise da direita conservadora, capaz de abandonar uma posição política básica do seu ideário desde que sirva para desgastar o governo, o que a conduz a um crescente oportunismo político e à impossibilidade de crescer eleitoralmente; (3) a formação da coligação eleitoral da *Izquierda Unida*, controlada pelo PCE, que começa a recuperar dos maus resultados eleitorais de 1982, apresentando-se como a «esquerda real», uma vez que o PSOE se vê obrigado, para manter o domínio, a deslocar-se para o centro.

No passivo do governo socialista durante estes anos de domínio deve situar-se a crescente conflitualidade social, devida, em parte, à renúncia que fez da política de concertação com os sindicatos a partir de 1985, o que favoreceu a concertação. Em 1985, tanto a UGT, que até então se tinha mantido submissa às directrizes do governo, como as CCOO se manifestaram contra a nova lei de pensões, que implicava um corte nas mesmas. De facto, as CCOO e outros sindicatos minoritários e de nacionalidade convocaram uma greve geral para o dia 20 de Junho que teve uma alta participação entre os trabalhadores, embora não tenha sido massiva.

Em 1987 os membros da direcção da UGT (Nicolás Redondo e Antón Saracibar) demitiram-se dos seus cargos de deputados. Entendiam que a mudança de tendência económica devia supor a satisfação da «dívida social»

contraída pelo governo com os trabalhadores durante os anos de crise. A UGT e as CCOO chegaram a um acordo de acção conjunta que se concretizou na convocação de uma greve geral para 14 de Dezembro de 1988.

A greve foi um êxito rotundo para os convocantes, já que na mesma não só participaram os trabalhadores, mas também o conjunto dos cidadãos. Podemos afirmar que a Espanha paralisou devido à combinação de três causas: (1) a partilha não solidária dos custos da crise económica; (2) o crescente desgaste do governo e a desilusão que a sua gestão produzia nos cidadãos; (3) a alta capacidade mobilizadora e organizativa dos sindicatos.

A greve não impediu que o PSOE renovasse a maioria absoluta nas eleições de 1989, mas provocou uma importante perda de votos socialistas nos núcleos urbanos. De facto, cerca de 80% dos votos perdidos pelo PSOE foram-no em cidades, como Madrid, Barcelona, Sevilha, Bilbao, Valência...

Nos começos da década de 90 surgiram de novo sérios sintomas de crise económica. Ao mesmo tempo foram aparecendo de forma contínua escândalos políticos ligados ao PSOE, o que, aliado à reafirmação da liderança de José María Aznar no PP e à progressiva tendência deste para ocupar o centro político, indicava que o predomínio do PSOE entrava na fase final.

3. 1993: o regresso ao pluripartidarismo limitado e moderado. Os resultados das eleições legislativas de 1993 abriram uma nova etapa para o sistema de partidos, baseada no crescimento do PP, o qual, pela primeira vez, era capaz de competir pela maioria, e na perda do predomínio do PSOE.

Apartir de 1989 tinha-se dado um deslocamento para o centro no posicionamento do eleitorado espanhol: 4,6 contra os 4,4 de 1986 e os 4,7 de 1993, uma décima abaixo da existente entre 1979 e 1982. Também se verificou um deslocamento para os extremos, tanto à esquerda como à direita, o que permitia falar de uma maior polarização ideológica. Contudo, a esquerda e o centro continuavam a manter a maioria de maneira folgada, pelo que o sistema de partidos pode classificar-se de moderado.

A campanha eleitoral foi especialmente virulenta e o PSOE utilizou todos os recursos dialécticos ao seu alcance para evitar o que se pressagiava nas sondagens: o triunfo do PP. De facto, até essas eleições Felipe González tinha-se negado a debater com o líder do principal partido da oposição, dada a sua cómoda maioria eleitoral, mas, face às críticas previsões, aceitou enfrentar José María Aznar em dois debates na televisão privada. Ambos os encontros alcançaram altos níveis de audiência e neles viu-se pela primeira vez que González era vulnerável às críticas da oposição, pelo que Aznar afirmou a liderança no seu próprio partido.

As eleições de 1993 tinham para o PP uma certa semelhança com as de 1979 para o PSOE. As sondagens mostravam uma deterioração do partido governante, mas, em contrapartida, a liderança de Felipe González continuava a estar muito acima da do seu partido e do próprio Aznar. A combinação entre

a primazia na liderança e a presença do partido em toda a Espanha, embora em queda, foi o factor que permitiu ao PSOE conseguir a maioria simples, como acontecera com a UCD em 1979.

O facto de a campanha ter sido renhida foi um facto decisivo para a mobilização do eleitorado, que votou numa percentagem de 76,4%, sendo a abstenção menor do que em 1979, 1986 e 1989, eleições de continuidade, e não de mudança. A mobilização de eleitores abstencionistas beneficiou o PSOE, que no último momento conseguiu a vitória.

O Partido Socialista teve um pouco mais de 9 milhões de votos (38,8%) e 159 deputados, ficando a 16 da maioria absoluta. O PP conseguiu superar o seu máximo, ao ter mais de 8 milhões de votos (34,8%) e 141 deputados, o que significou um resultado histórico para essa formação. Parte do voto deste último partido deveu-se ao desaparecimento do CDS. Por seu lado, a *Izquierda Unida* aumentou ligeiramente a sua percentagem (9,6%) e elegeu 18 deputados, o que lhe permitia recuperar a terceira posição, que o PCE já tivera em 1977 e 1979. Os nacionalistas moderados catalães ficaram em quarto lugar com 17 deputados, seguidos dos nacionalistas bascos.

O sistema de partidos volta a ser semelhante ao do período de 1977-1982, embora mais simplificado (cinco partidos que contam, em vez de seis). Quer dizer, estaríamos perante um sistema *pluripartidarista limitado e moderado*. Os resultados impuseram um governo minoritário que unicamente podia manter-se graças à tolerância parlamentar de um ou mais partidos ou à cooperação de partidos menores.

**Percentagem de votos e número de deputados nas eleições
para o Congresso de Deputados, Espanha, 1993**

[QUADRO N.º 5]

Partidos	Percentagem de votos	Mandatos	Percentagem de mandatos
IU	9,6	18	5,1
PSOE	38,8	159	45,4
CDS	1,8	—	—
PP	34,8	141	40,3
PNV	1,2	5	1,4
CiU	4,9	17	4,9
Outros	8,9	10	2,9
<i>Total</i>	100	350	100

Fonte: Ministerio del Interior, *Elecciones a Cortes Generales. 1993*, colecção «Documentos electorales», 3, Madrid, 1993.

Nota.— Obtiveram mandatos CC (0,88% dos votos e 4 deputados), HB (0,88% e 2), ERC (0,80% e 1), PAR (0,61% e 1), EA-EUE (0,55% e 1) e UV (0,48% e 1).

O PSOE tinha duas possibilidades para assegurar a maioria e a governabilidade. Por um lado, chegar a um acordo com a IU, o que lhe teria permitido obter uma maioria cómoda (177 deputados de um total de 350). Mas isso acarretava vários problemas, entre os quais merecem ser destacadas as profundas diferenças programáticas em temas-chave como a construção europeia, a política económica ou a reforma laboral (flexibilização do mercado de trabalho), a que devemos acrescentar a «incompatibilidade» manifestada em público entre o líder da IU, Julio Anguita, e Felipe González.

Por outro lado, havia outra opção, um acordo com o nacionalismo moderado catalão, CiU, o que lhe permitia obter também maioria no Congresso (176 deputados). Como dado favorável a este acordo estava uma maior proximidade de pontos de vista programáticos, assim como um melhor entendimento com o líder parlamentar da referida formação, Miguel Roca.

González tinha feito uma campanha de atracção do voto de esquerda com o fim de evitar o deslocamento de parte do eleitorado para a IU, anunciando o perigo que significaria para este país um governo de direita. Apesar disso, não hesitou em optar pelo pacto coma CiU, que, em rigor, estava mais na linha de actuação do governo socialista.

O problema básico da nova situação tem radicado na sua instabilidade, já que, embora a CiU garanta o apoio ao governo, não tem feito parte dele, o que tem ocasionado um maior custo nas negociações, além de introduzir um permanente factor de instabilidade. Graças a esse apoio, não isento de um ou outro conflito no terreno autonómico, o PSOE mantém-se no poder. Contudo, os «escândalos políticos» vêm minando a sua situação e, em parte por isso, os nacionalistas catalães estão a reconsiderar o apoio ao governo, pois este tem efeitos negativos no seu eleitorado (eleições municipais de 28 de Maio de 1995).

Desde as eleições gerais de 1993, as consultas eleitorais entretanto havidas têm constituído reveses contínuos para o PSOE, que não pôde evitar uma nova maioria absoluta do PP na Galiza, ou a perda da maioria absoluta na Andaluzia, que até então tinha sido o principal feudo socialista.

Em 1994 (9 de Junho) realizaram-se novas eleições para o Parlamento Europeu, que tiveram como resultado, pela primeira vez a nível nacional, o triunfo do PP (40,21%) sobre o PSOE (30,67%). Nesta convocatória tiveram mais peso os factores políticos nacionais do que os estritamente europeus, sendo o resultado um castigo para o governo.

Em 28 de Maio do presente ano realizaram-se as últimas eleições autonómicas em 13 comunidades, assim como as eleições municipais. Nas primeiras¹³⁹ o PP obteve um triunfo nítido: 45,2% dos votos, contra 32,1% do

¹³⁹ «Elecciones'95», in *El Mundo*, «Documentos», n.º cxv, 30 de Maio de 1995, p. 2.

PSOE, nas treze comunidades autónomas. O PSOE só conseguiu a maioria absoluta em Castilla La Mancha e a relativa na Estremadura; pelo contrário, o PP conseguiu a maioria absoluta em cinco comunidades (Balears, Castela e Leão, La Rioja, Madrid y Múrcia) e a maioria relativa em outras cinco, ficando as Canárias nas mãos de uma coligação nacionalista. Como pode ver-se, os resultados reflectem uma importante viragem eleitoral em favor do PP. De facto, e como resultado destas eleições, o Senado vai contar pela primeira vez na nossa curta história parlamentar com uma maioria diferente da do Congresso.

Nas eleições municipais os resultados¹⁴⁰ seguiram uma linha parecida. O triunfador foi o PP, com 35,3% dos votos, contra os 25,3% de 1991, o que significa um acréscimo de 10 pontos percentuais. O PSOE obteve 30,8% dos votos, contra os 38,4% conseguidos em 1991. O PP foi o partido mais votado em 41 das 52 capitais de província, em 33 das quais tem maioria absoluta, enquanto o PSOE foi mais votado em quatro, duas delas com maioria absoluta. O partido conservador obtém os seus melhores resultados nos municípios mais povoados (mais de 50 000 habitantes) e nos menos povoados (menos de 5000), ao passo que o PSOE continua a ser o partido com mais apoio na faixa intermédia. Estes últimos dados mostram uma crescente segmentação no mapa eleitoral, que é confirmada na composição por níveis etários, sendo o PSOE o partido mais votado entre os de mais de 65 anos.

A isto há que acrescentar, dada a importância que a liderança tem em Espanha, a perda da mesma por parte de Felipe González, que já compete em igualdade de condições com Aznar e Anguita. Este factor reflecte uma mudança no comportamento do eleitor ao dar prioridade aos partidos face aos líderes, o que significaria a «maioridade» do povo espanhol.

Em suma, estamos *perante uma previsível mudança de maioria*, que vai possibilitar a alternância e a conseqüente mudança de governo, *mas não nos encontramos perante uma mudança no sistema de partidos*, pelo que pensamos que os resultados das eleições desde 1994 devem ser apreciados em termos de naturalidade democrática, e não de excepcionalidade sísmica, como foram os de 1982.

À MANEIRA DE CONCLUSÃO

A configuração do sistema de partidos em Espanha, depois de trinta e seis anos de regime autoritário, tem passado por diversas etapas que puseram em destaque a dificuldade da direita espanhola em constituir-se como alternativa

eleitoral real. Há que assinalar igualmente como elementos peculiares do processo de transição e consolidação democráticas em Espanha o peso de lideranças políticas fortes e a ausência de cultura política.

Entre 1977, ano das primeiras eleições democráticas, e 1993, data das últimas eleições gerais, sucederam-se três sistemas de partidos: (1) *pluralismo limitado e moderado*, que coincide com as duas primeiras eleições gerais (1977 e 1979) e o período de governo da UCD; (2) *sistema de partido predominante*, que ocorre após o avassalador triunfo do PSOE em 1982, renovando a maioria absoluta nas eleições para as Cortes de 1986 e 1989; (3) *o regresso ao pluralismo limitado e moderado*, uma vez que o PSOE perde a maioria absoluta em 1993 e a direita espanhola é capaz de apresentar um partido sólido (PP), constituindo-se como alternativa real de governo.

No período da transição propriamente dito (1977-1979) os partidos ou coligações que «contavam» eram apenas seis. O eleitorado tinha-se concentrado basicamente entre a opção centrista (UCD) e socialista (PSOE), existindo a possibilidade de acordos pontuais tanto com a direita como com a esquerda e com os nacionalistas bascos e catalães. Mas o facto mais saliente dessa etapa foi a existência de *consenso* entre as forças políticas mais representativas, assim como com os agentes sociais, o que tornou possível enfrentar a grave crise económica, acordar um quadro de reformas estruturais e, finalmente, acordar o modelo jurídico-político na Constituição. Estes factos levam-nos à existência de um sistema de partidos limitado, quanto ao número, e moderado, quanto aos pontos de vista ideológicos reais, mais do que os propagandísticos.

Este sistema manteve-se até 1982, embora a partir das eleições gerais de 1979 se note uma crescente deterioração da situação política. Para esta deterioração contribuíram as tensões internas na UCD, que deram lugar a contínuos reveses eleitorais. A consequência de tudo isso foi a demissão de Adolfo Suárez e a abertura de um período de consolidação do PSOE e de afundamento da UCD, ganhando na direita a opção encabeçada por Manuel Fraga.

O triunfo do PSOE em 1982 iniciou uma nova etapa marcada pela hegemonia dos socialistas e pela forte liderança de Felipe González, que monopoliza a vida política espanhola. É um sistema de partidos predominante, durante o qual o governo do PSOE pôs em marcha uma série de medidas importantes com o fim de enfrentarmos a crise económica e facilitar a integração na *Comunidade Económica Europeia* e na *NATO*. Tudo isto esquecendo uma parte significativa do seu discurso como oposição. Em todo o caso, entre 1982 e 1989 houve uma acção frutífera de governo.

Por seu lado, a direita encontrava-se já numa permanente crise de identidade, com sérios problemas organizativos e de liderança, o que lhe acarretou o estancamento eleitoral.

Esta situação, que se prolongou durante nada menos de sete anos, começou a modificar-se ao tornar-se conhecida uma série de assuntos de corrupção política que afectaram importantes dirigentes socialistas e o próprio partido, ao mesmo tempo que se assistiu a um crescente esgotamento do projecto político que representavam. Por sua vez, o refundado PP consolida a liderança de José María Aznar, centra o discurso político e o funcionamento do partido melhora de forma considerável.

Estas mudanças explicam a perda da maioria absoluta do PSOE nas eleições de 1993 e, por conseguinte, a mudança do sistema de partidos, iniciando um período que chega até aos nossos dias, em que em todas as consultas eleitorais realizadas (europeias, municipais e autonómicas) se vem verificando a constante perda de votos por parte dos socialistas e o crescimento do PP. Estes dados pressupõem um previsível triunfo do PP nas próximas eleições legislativas, ainda que neste caso não se dê uma mudança no sistema de partidos.

Por último, é conveniente fazer uma reflexão sobre o possível cenário em que nos encontramos face às próximas eleições gerais, que, nas palavras de González, serão em Março de 1996: um PP vencedor, embora sem maioria absoluta, seguido do PSOE, que manteria uma percentagem eleitoral entre os 25% e os 30%. De novo, e tal como sucedeu entre 1977 e 1979, o partido maioritário ver-se-ia obrigado a chegar a acordos com outras forças políticas, mas, de modo diferente daqueles anos, esses acordos apenas podem ser com a direita nacionalista basca e/ou catalã, facto este que pode originar alguma irritação entre o eleitorado popular, dada a sua falta de compreensão do fenómeno nacionalista.

Este resultado seria o desenlace do processo iniciado no seguimento das eleições de 1993, em que o PSOE continua a estar no centro dos escândalos políticos. Há que referir que a previsível vitória do PP ficaria a dever-se em grande parte à crescente deterioração da imagem dos socialistas e, em menor medida, à esperança que os populares despertam. Mas isso pode ter consequências favoráveis para o sistema político, e estou a referir-me ao facto de em períodos de normalização democrática não ser necessária a presença de líderes fortes, como Suárez e González, que de certa maneira vinham marcando a menoridade da nossa democracia.

ANEXO

Siglas de partidos, coligações, organizações e sindicatos

AIC—Agrupaciones Independientes de Canarias.

AP—Alianza Popular.

BNPG—Bloque Nacionalista Popular Galego.

CAIG—Candidatura Aragones Independiente de Centro.

CC—Coalición Canaria.

CCOO–Comisiones Obreras.
CD–Coalición Democrática.
CDC–Convergència Democràtica de Catalunya.
CDS–Centro Democrático y Social.
CEOE–Confederación Española de Organizaciones Empresariales.
CG–Coalición Galega.
CiU–Convergència i Unió.
CP–Coalición Popular.
EA–Eusko Alkartasuna.
EC–Esquerra de Catalunya.
EE–Euskadiko Ezquerria.
EPK–Partido Comunista de Euskadi.
ERC–Esquerra Republicana de Catalunya.
ETA–Euskadi ta Askatasuna.
EU–Extremadura Unida.
FN–Fuerza Nueva.
FRAP–Frente Revolucionario Antifascista y Patriota.
GRAPO–Grupos Revolucionarios Antifascistas Primero de Octubre.
HB–Herri Batasuna.
IU–Izquierda Unida.
LCR–Liga Comunista Revolucionaria.
MC–Movimiento Comunista.
MCE–Movimiento Comunista de España.
ORT–Organización Revolucionaria de Trabajadores.
PA–Partido Andalucista.
PCE–Partido Comunista de España.
PCE (m-l)–Partido Comunista de España (marxista-leninista).
PCE (r)–Partido Comunista de España (reconstituido).
PCG–Partido Comunista Galego.
PDC–Pacte Democràtic per Catalunya.
PDL–Partido Democrático Liberal.
PDP–Partido Democrata Popular.
PNV–Partido Nacionalista Vasco.
PP–Partido Popular.
PSA–Partido Socialista de Andalucía.
PSC–Partit Socialista de Catalunya.
PSOE–Partido Socialista Obrero Español.
PSUC–Partit Socialista Unificat de Catalunya.
PTE–Partido del Trabajo de España.
UCD–Unión de Centro Democrático.
UCDCC–Unió del Centre i la Democràcia Cristiana de Catalunya.
UDC–Unió Democràtic de Catalunya.
UGT–Unión General de Trabajadores.
UPC–Unión del Pueblo Canario.
UPN–Unión del Pueblo Navarro.
UV–Unió Valenciana.